



ISBRE

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



Relatório Anual
2021

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

RELATÓRIO ANUAL DE 2021

CONSELHO DELIBERATIVO EM 31.12.2021

Lisiane M. Astarita de Limas - Presidente
Argus Ruy Guex de Oliveira
Miguel Fernando de Oliveira
Rafael Carneiro Abrahão
Tarcísio Jaime Herdt
Werner Tschoeke

CONSELHO FISCAL EM 31.12.2021

Titulares

Fernando Luiz Motta dos Santos – Presidente
Guilherme Blessmann Ferreira
Arlinton João Calza
Tiago Marquardt Pesch

Suplentes

André Luís Möller
Carlos Areton Azzolin Olson
Cesar Cyrillo Silveira
Márcio Buratto

DIRETORIA EXECUTIVA EM 31.12.2021

Gilnei Roberto dos Santos Vargas
Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência

Carlos Renato Salami
Diretor Financeiro e de Investimentos

Relatório publicado em 29.04.2022

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE e Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

A Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Informações relativo ao exercício de 2021, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e por Planos

de Benefícios I e II e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal e a Manifestação do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA:

Gestão de Investimentos

O ano de 2021 iniciou com elevada incerteza acerca da evolução da pandemia da Covid-19. Mas, com o avanço dos programas de vacinação, as economias foram gradualmente se recuperando. No final de 2021, o PIB dos EUA e da China já se aproximavam dos níveis anteriores à pandemia. A Europa e os emergentes, por sua vez, ainda não haviam se recuperado integralmente.

Com a evolução do processo normalização da atividade econômica, o efeito inflacionário resultante de distorções causadas pela pandemia, como as advindas do choque de preços de commodities, da desorganização de cadeias de produção e das mudanças no padrão de consumo da população, se mostrou mais persistente do que esperado, fazendo a dinâmica inflacionária surpreender no mundo inteiro.

Nos EUA, a evolução dos indicadores de inflação, impulsionados pela evolução dos preços de energia, bem como pela dinâmica de salários e aluguéis, levou o FED a ter que fazer sucessivos ajustes no seu discurso, sempre no sentido de sinalizar a necessidade de realizar ajustes maiores na taxa de juros e de acelerar a redução de estímulos quantitativos. Apesar disso, o sentimento de que o FED estava atrasado na implementação do processo de normalização da política monetária foi ganhando crescente contingente de adeptos.

Na China, apesar dos desafios relacionados ao manejo da pandemia, da escalada dos preços de energia e da desorganização de cadeias de produção já mencionados, o governo surpreendeu com a adoção de políticas visando a redução da desigualdade. Nesse sentido, foram implementadas medidas restritivas na

tentativa de corrigir distorções no mercado imobiliário, bem como para promover a reorientação do crescimento para os setores de geração de energia renovável, de produção de semicondutores e de tecnologia. Dada a relevância do setor imobiliário, que responde por aproximadamente 25% da economia chinesa, essas medidas deixaram os investidores apreensivos quanto à capacidade do governo chinês de coordenar o processo sem causar impacto adicional para o crescimento.

Esse cenário se revelou ainda mais desafiador para as economias emergentes, que, por serem mais suscetíveis aos fluxos internacionais de capitais, não dispõem da condição de reagir de forma mais cautelosa aos choques mencionados acima. Em vista disso, essas economias tiveram que avançar mais rapidamente com o ciclo de ajuste das políticas monetárias, o que tem criado desafios adicionais para a retomada da atividade econômica pós-pandemia.

No Brasil, os analistas também foram notoriamente surpreendidos pela evolução da inflação. No início do ano, o consenso de mercado, aferido pela pesquisa Focus do BC, esperava inflação de apenas 3,30% para 2021 e, como decorrência, a expectativa era de que a taxa Selic terminaria o ano em 3,25% a.a. No entanto, o ano encerrou com inflação de 10,06%, com erro de 6,76 pontos percentuais acima do esperado no início do ano, e taxa Selic em 9,25% a.a., 6 pontos percentuais acima do esperado no início do ano. Desvios esses cuja magnitude só foi superada na história econômica recente pelo ocorrido no ano de 2002.

Além das questões externas mencionadas acima, o ambiente doméstico também foi impactado pela

mudança da regra do teto de gastos e pela crise hídrica. A sinalização por parte do governo de flexibilização da regra fiscal aumentou a apreensão dos investidores em relação a condição do governo de estabilizar a relação dívida/PIB no médio prazo. Com isso, os preços de ativos foram fortemente afetados, em especial os títulos de renda fixa, cujas taxas de juros sofreram elevações abruptas.

Em termos de precificação de ativos, os índices de mercado que referenciam as principais classes de ativos de risco domésticos em que os Planos mantêm alocação apresentaram desempenho aquém do esperado no ano passado, refletindo as condições macroeconômicas e de mercado descritas acima. Na renda fixa, o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de -1,99%, o IMA-B 5+ (Índice de Mercado da Anbima – Série B 5+), que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação com prazos superiores a cinco anos, apresentou rentabilidade de -6,55% e o CDI, por sua vez, acumulou rentabilidade de 4,40%. No mercado de ações, o Índice Ibovespa acumulou rentabilidade de -11,93%. Em relação aos ativos internacionais, o desempenho do MSCI World foi de 29,01% e o dólar se valorizou 7,39% em relação ao real em 2021.

Neste momento em que as convicções em relação à gestão de longo prazo estão sendo intensamente testadas, entendemos oportuno revisitar os princípios que norteiam a gestão de investimentos do ISBRE.

Inicialmente cabe referir que o horizonte de investimento é um condicionante importante para a gestão de investimentos, sendo usual inclusive diferenciar investidores quanto ao horizonte de investimento, considerando a sua atitude frente ao risco. Nesse sentido, é comum assumir que os investidores com horizonte de investimento de curto prazo estão mais preocupados em evitar oscilações patrimoniais, enquanto o principal risco para os investidores de longo prazo consiste em evitar frustrações de renda.

Ocorre que, pela perspectiva do retorno esperado, esses mandatos de risco estão associados a objetivos de retorno conflitantes, à medida que os portfólios que são dimensionados para gerar estabilidade de retornos no curto prazo não são os mesmos que

buscam manter aderência em relação a um objetivo de retorno ao longo do tempo.

A gestão de investimentos dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelo ISBRE é executada visando o gerenciamento da exposição às duas categorias de risco mencionadas acima, também denominadas de risco regulatório-comportamental e de risco econômico.

O risco regulatório-comportamental advém da necessidade de serem considerados nas decisões de alocação de recursos dos planos de benefícios os parâmetros estabelecidos na legislação, relativos à regra de solvência vigente no sistema de previdência complementar fechada. Além disso, a gestão de investimentos também é condicionada pelo nível de tolerância a risco dos participantes dos planos, que precisa ser aferido junto aos órgãos de governança, para que seja dimensionado o orçamento de risco intrínseco aos mandatos de investimento de cada plano.

O risco econômico, por sua vez, parte do reconhecimento de que os retornos reais de ativos se alteram no tempo. Como decorrência, resulta o entendimento de que os principais fatores de risco aos quais os passivos dos planos de benefícios estão sujeitos são representados pela exposição à variação de retornos reais de ativos e pela exposição à variação do poder de compra. Em virtude disso, a decisão quanto ao nível de imunização do passivo se revela essencial para a gestão de investimentos orientada pelo passivo. Nesse sentido, a exposição a títulos indexados à inflação com prazos (duração) compatíveis com o dos passivos assume papel preponderante nos portfólios dos planos.

Dessa maneira, a gestão é executada considerando o passivo de forma integrada no processo de investimentos. Com esse propósito, é gerenciada a exposição em ativos que possibilitem o adequado nível de proteção em relação aos fatores de risco aos quais os passivos estão sujeitos, em consonância com o dimensionamento da exposição em ativos geradores de retorno e em ativos que contribuem para a melhora da relação risco vs. retorno esperado dos portfólios em função do seu poder de diversificação.

Isso é realizado por meio de um processo estruturado de gestão que compreende as etapas de planejamento, execução e monitoramento. O planejamento compreende definição da alocação estratégica de ativos, que consiste na alocação alvo nas classes de ativos de interesse, o que é realizado com o auxílio de estudos de *Asset Liability Management*. A execução envolve a agregação de valor por meio da alocação tática e da seleção de ativos. E o monitoramento consiste em verificar a aderência da gestão ao mandato de risco vs. retorno esperado, bem como em relação à legislação e a política de investimentos.

Como decorrência, os portfólios são dimensionados buscando usufruir de três níveis de diversificação. O primeiro advém da macroalocação entre ativos e mercados nas classes de ativos de interesse. O segundo é oriundo da diversificação entre estratégias, fatores de risco e estilos de gestão dentro de cada classe. E, por fim, o terceiro resulta da capacidade dos gestores de gerarem retorno em excesso aos benchmarks a partir da gestão ativa.

Diante das especificidades apresentadas acima, na gestão de investimentos do ISBRE prevalece o entendimento de que a manutenção da consistência em relação a uma meta de retorno ao longo do tempo advém primordialmente da disciplina no gerenciamento da alocação estratégica de ativos, conforme previsto no processo de investimento. Em vista disso, são estabelecidos parâmetros de risco vs. retorno esperado que são dimensionados considerando os passivos dos planos, a partir da definição de um benchmark de mercado representativo da alocação estratégica de ativos nas classes de ativos de interesse.

Importa destacar que as decisões de investimento são tomadas partindo-se do pressuposto de que é inevitável que os portfólios sejam sensibilizados em momentos de instabilidade dos mercados, situações estas que podem advir de choques exógenos ou mesmo de circunstâncias inerentes ao ciclo de negócios das economias capitalistas, que podem se mostrar mais persistentes do que previsto. No entanto, eventuais impactos nos portfólios decorrentes de situações de stress de mercado são regularmente simulados e discutidos com os órgãos de

governança do ISBRE, de forma que a exposição a risco se mantenha aderente ao nível de tolerância a risco admitida no âmbito de cada plano.

Assim, além de realizar o acompanhamento permanente da exposição dos portfólios a risco de mercado, tendo como referência o distanciamento da performance dos investimentos dos planos em relação às respectivas metas atuariais, também são periodicamente analisadas as condições de mercado e realizadas simulações para avaliar o impacto de diferentes cenários de mercado para o resultado dos portfólios em diferentes horizontes de tempo, considerando a exposição a risco dos portfólios em relação aos passivos dos planos, representados pelos benchmarks de mercado dimensionados para cada plano.

Dessa maneira, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, compete à gestão de investimentos gerenciar a exposição dos portfólios a estas duas categorias conflitantes de risco, considerando os níveis desejados de imunização (proteção) em relação aos passivos e os desvios admitidos relativamente à meta atuarial em horizontes curtos, tendo presente o propósito de manter aderência aos níveis de retorno esperado desejados ao longo do tempo.

O Plano de Benefícios I encerrou o exercício de 2021 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 1.090,5 milhões, sendo R\$ 932,3 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 158,2 milhões de superávit acumulado. A rentabilidade do Plano em 2021 foi de 1,00%, aquém da meta atuarial¹, de 14,35%, e do benchmark do Plano de Benefícios I² definido na Política de Investimentos de 2021, cuja rentabilidade foi de 2,89%. Deste resultado, -2,57% adveio da exposição ao mercado de taxas de juros reais e nominais com marcação a mercado, 0,30% da alocação em ativos com remuneração atrelada à taxa de juros pós-fixadas, 4,28% oriundos dos ativos indexados à inflação marcados na curva, que compreendem a alocação em títulos públicos federais, empréstimos a participantes e imóveis, -1,01% dos investimentos realizados no

¹ A meta atuarial do Plano de Benefícios I em 2021 era INPC + 3,80% a.a.

² O benchmark do Plano de Benefícios I em 2021 era 34% (IPCA+5,93) + 34% (IMA-B 5+) + 11% (IBX) + 18% (IMA-S) + 3% (MSCI World).

segmento de renda variável, 0,04% dos investimentos no exterior e, por fim, -0,04% do investimento em fundo de participações.

O Plano de Benefícios II encerrou o exercício de 2021 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 168,0 milhões, com R\$ 167,5 milhões de Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 516,5 mil de superávit acumulado relativo à parcela de benefícios concedidos³ do Plano. A rentabilidade do Plano em 2021 foi de -1,10%, aquém da meta atuarial⁴ estabelecida para a parcela de benefícios concedidos, de 14,57% e do benchmark do Plano de Benefícios II⁵ definido na Política de Investimentos de 2021, cuja rentabilidade foi de 0,47%. Deste resultado, -2,51% adveio da exposição ao mercado de taxas de juros reais e nominais com marcação a mercado, 0,40% da alocação em ativos com remuneração atrelada à taxa de juros pós-fixadas, 2,41% oriundos dos ativos indexados à inflação marcados na curva, que compreendem a alocação em títulos públicos federais, empréstimos a participantes e imóveis, -1,62% dos investimentos realizados no segmento de renda variável, 0,23% dos investimentos no exterior e, por fim, -0,01% do investimento em fundo de participações.

O Plano de Gestão Administrativa apresentou rentabilidade de -0,05% no ano de 2021, correspondendo a 125% da rentabilidade do benchmark do PGA⁶ definido na Política de Investimentos de 2021.

Gestão Previdencial

Conforme referido anteriormente, os Planos de Benefícios administrados pelo ISBRE encerraram o ano de 2021 com superávit acumulado e em situação de equilíbrio técnico.

O Plano de Benefícios I, com aproximadamente 90% do grupo composto por Assistidos, pagou R\$ 77,1 milhões em benefícios e teve R\$ 18,9 milhões de receita contributiva. Em virtude das condições do

cenário econômico e de mercado vigentes e tendo em vista as regras legais que regulam a distribuição de superávit em planos de previdência complementar fechada, o Plano de Destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios I, iniciado em janeiro de 2020, foi suspenso em setembro de 2021 e, no encerramento de 2021, foi identificada a necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados no Fundo para Revisão do Plano e encerrada a respectiva distribuição de superávit.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, atingindo, ao final do ano, o número de 360 participantes ativos e mantendo o nível de adesão de 93,5%. O aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 13,4 milhões e os benefícios pagos foram de R\$ 809,5 mil.

Para assegurar a solvência e a liquidez intertemporal dos Planos de Benefícios, além da importância de se alcançar a meta atuarial de forma consistente e a longo prazo, é imprescindível verificar periodicamente se as premissas utilizadas no cálculo atuarial são consistentes com características do grupo de participantes, aos compromissos assumidos com o pagamento de benefícios e as condições econômicas e de mercado esperadas para o horizonte de tempo relevante.

Assim, anualmente, a Fundação realiza estudos de adequação das hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios I e II e as alterações aprovadas com base no resultado dos estudos realizados em 2021 são apresentadas nas páginas 7 e 16, respectivamente.

A proposta de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios II, discutida com os participantes em 2020, foi aprovada pelo Patrocinador BRDE, conforme comunicado aos Participantes e Assistidos em novembro de 2021, foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) no início do ano de 2022.

Governança Corporativa

Em 2021, o ISBRE teve alterada a composição do seu Conselho Deliberativo em função de vacância e do encerramento do mandato dos conselheiros Sr.

³ A parcela de benefícios concedidos corresponde a R\$ 13,5 milhões.

⁴ A meta atuarial do Plano de Benefícios II em 2021 era INPC + 4,00% a.a.

⁵ O benchmark do Plano de Benefícios II em 2021 era 28% (IPCA+5,52) + 38% (IMAB 5+) + 22% (IBX) + 8% (IMA-5) + 4% (MSCI World).

⁶ O benchmark do PGA em 2021 era 35% (IMA-B 5+) + 5% (IBX) + 60% (IMA-S).

Tarcísio Jaime Herdt e Sra. Lisiane Maldaner Astarita de Limas, indicados pelo Patrocinador BRDE, e do conselheiro Sr. Lauro Nestor Renck, eleito pelos Participantes e Assistidos. O Sr. Tarcísio e a Sra. Lisiane foram indicados pelo Patrocinador para um segundo mandato, o qual iniciou em 12.05.2021, junto com os mandatos do Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira, eleito pelos Participantes e Assistidos, e do Sr. Rafael Carneiro Abrahão, indicado pelo Patrocinador BRDE para suprir vacância no Conselho em razão do afastamento, em março de 2021, do conselheiro André Lopes Falcão que renunciou por motivos de ordem particular.

No Conselho Fiscal, o conselheiro titular Sr. Arlinton João Calza, indicado pelo Patrocinador BRDE, tomou posse em 16.03.2021, em função do encerramento do mandato do conselheiro Sr. Rogerio Gomes Penetra. E, com o resultado das eleições ocorridas em abril, o Sr. Carlos Areton Azzolin Olson tomou posse em 18.06.2021 para suprir a vacância de conselheiro suplente eleito pelos Assistidos.

No âmbito da Diretoria Executiva, em função do encerramento do mandato do Sr. Luiz Rogério Isotton, o Sr. Gilnei Roberto dos Santos Vargas, participante do Plano de Benefícios I, tomou posse em 14.12.2021 para assumir o cargo de Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência, com mandato até 28.02.2025.

Também em 2021, o Conselho Deliberativo do ISBRE e o Conselho de Administração do BRDE aprovaram as alterações propostas no Estatuto Social, conforme comunicado aos Participantes e Assistidos em novembro de 2021. O processo de alteração estatutária foi encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que

estabeleceu algumas exigências para as quais o ISBRE está providenciando os devidos ajustes. O novo texto estatutário entrará em vigor somente após a aprovação pela PREVIC.

O Conselho Deliberativo do ISBRE também aprovou, em dezembro de 2021, a alteração do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, que se encontra disponível no site da Fundação. As alterações visam a melhoria da redação e atualização da terminologia adotada, a definição dos Indicadores de Gestão no Orçamento Anual e não mais no Regulamento do PGA, a previsão do Fundo Administrativo Compartilhado e a inclusão de capítulo específico sobre Fomento, nos termos da legislação vigente.

Ainda do ponto de vista da governança corporativa, a Diretoria Executiva aprovou a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, que se encontra disponível no site da Fundação.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Assistidos, a orientação e diligente atuação dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

PLANO DE BENEFÍCIOS I

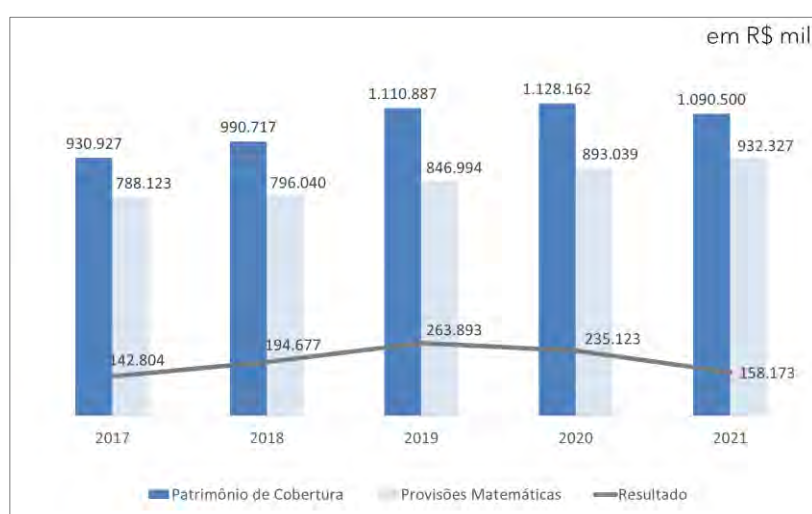
O Plano de Benefícios I é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1979.0012-19 e estruturado na modalidade de Benefício Definido. O Plano I tem como Patrocinadores o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o próprio ISBRE e está fechado para novas adesões.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução do Patrimônio de Cobertura e das Provisões Matemáticas – PB I

O Plano de Benefícios I encerrou o exercício de 2021 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 1.090,5 milhões, sendo R\$ 932,3 milhões referentes às Provisões Matemáticas e R\$ 158,2 milhões de superávit técnico acumulado, correspondente a 16,97% das respectivas Provisões Matemáticas.

A integralidade do superávit acumulado foi alocada em Reserva de Contingência, pois, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, até o limite de 19,6175% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 182,9 milhões, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência e somente a parcela do superávit que ultrapassar este limite deve ser alocada como Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.



Com base nos estudos de adequação das hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras realizados em 2021, foram alteradas as seguintes premissas: percentual de crescimento de suplementação e benefício até a data da concessão; fator de capacidade de salários e benefícios que, em função das expectativas de inflação para os próximos anos, foi estabelecido em 98,2%; e os parâmetros de composição familiar relativos ao percentual de casados e à idade do dependente temporário mais jovem. O conjunto de hipóteses adotado no cálculo das Provisões Matemáticas é apresentado no Parecer Atuarial, elaborado pela Consultoria Atuarial do ISBRE e reproduzido na página 68 deste Relatório.

Verifica-se que, no encerramento do exercício de 2021, o Plano I apresenta situação superavitária, dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes, não obstante o retorno dos investimentos abaixo da meta atuarial, conforme detalhado na seção sobre a Gestão de Investimentos na página 9, e consequente resultado deficitário do exercício.

Fundo Previdencial

O Plano de Benefícios I mantém um Fundo Previdencial que visa suportar o impacto econômico e atuarial provável de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. Em 31.12.2021, o valor deste Fundo Previdencial era de R\$ 139,7 mil.

No exercício de 2019, o Conselho Deliberativo, embasado em estudo técnico realizado pela Mirador Assessoria

Atuarial Ltda e em observação à legislação vigente, aprovou a destinação voluntária da Reserva Especial para Revisão do Plano constituída no exercício de 2018, no valor de R\$ 32.523 mil. Embora o plano de destinação iniciado em janeiro de 2020 previsse a destinação na forma de redução parcial das contribuições de patrocinadores e participantes e assistidos pelo período de até 36 meses, a destinação foi suspensa em setembro de 2021 e, no encerramento de 2021, foi identificada a necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados no Fundo para Revisão do Plano e encerrada a respectiva distribuição de superávit.

Demonstração do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	1.103.270	1.165.075	(5,30)
Disponível	7	6	16,67
Recebível	9.089	9.663	(5,94)
Investimento	<u>1.094.174</u>	<u>1.155.406</u>	(5,30)
Ações	174	174	-
Fundos de Investimento	1.082.636	1.144.868	(5,44)
Investimentos Imobiliários	6.597	5.690	15,94
Operações com Participantes	4.767	4.674	1,99
2. Obrigações	5.498	6.925	(20,61)
Operacional	2.669	2.265	17,84
Contingencial	2.829	4.660	(39,29)
3. Fundos não Previdenciais	7.132	6.174	15,52
Fundo Administrativo	7.132	6.174	15,52
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.090.640	1.151.976	(5,32)
Provisões Matemáticas	932.327	893.039	4,40
Superávit/Déficit Técnico	158.173	235.123	(32,73)
Fundos Previdenciais	140	23.814	(99,41)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	158.173	235.123	(32,73)
b) Ajuste de Precificação	102.026	79.473	28,38
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	260.199	314.596	(17,29)

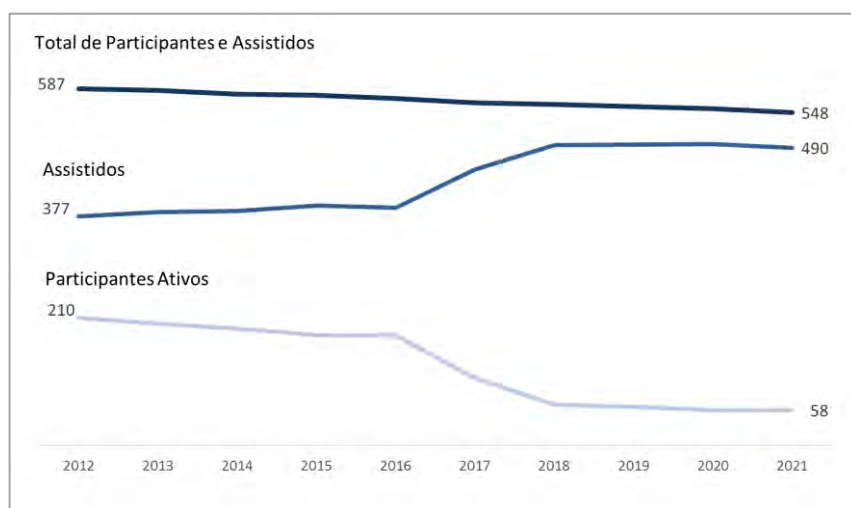
GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios I

Em 31.12.2021, o Plano de Benefícios I constava com 548 participantes e assistidos, sendo quase 90% do grupo formado por assistidos (490 assistidos e 58 participantes ativos).

Os dados apresentados no gráfico ao lado refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano.

O grupo de assistidos era composto por 371 aposentados por tempo de contribuição, 5 aposentados por idade, 12 aposentados por invalidez, 2 aposentados por benefício proporcional

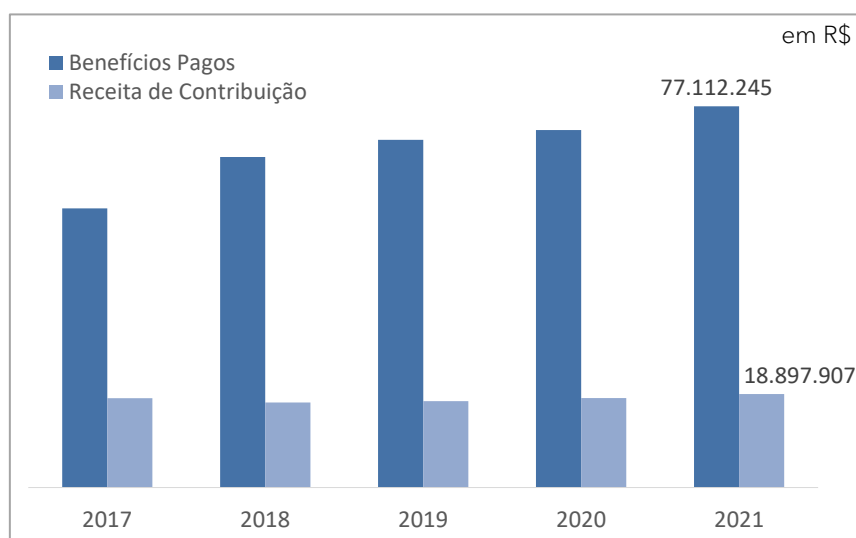


diferido, 99 pensionistas e 1 participante em auxílio-doença. Estão sendo considerados como pensionistas todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. Como dependentes inscritos para fins do benefício de pensão ou designados exclusivamente para fins de pecúlio constavam 615 pessoas.

A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento da participação dos assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em 2021, o Plano de Benefícios I pagou R\$ 77,1 milhões em benefícios e teve R\$ 18,9 milhões de receita contributiva, oriunda de Participantes, Assistidos e Patrocinadores. Em função do Plano de Destinação da Reserva Especial aprovado em dezembro de 2019, com início em janeiro/2020 e suspensão em setembro/2021, parte da receita contributiva dos Participantes e Assistidos no exercício, no montante de R\$ 3,5 milhões, foi coberta pelos recursos dos Fundos Previdenciais especialmente constituídos. Da mesma forma, parte da receita contributiva dos Patrocinadores BRDE e ISBRE também foi coberta com recursos do respectivo Fundo Previdencial, em montante paritário ao dos Participantes e Assistidos.



Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	Rec. de Contrib. / Benef. Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total		
2017	9.023.200	9.029.000	18.052.200	56.454.200	31,98%
2018	8.588.100	8.594.100	17.182.200	66.868.800	25,70%
2019	8.726.470	8.730.728	17.457.198	70.330.084	24,82%
2020	9.044.818	9.044.820	18.089.638	72.323.217	25,01%
2021	9.448.954	9.448.954	18.897.907	77.112.245	24,51%

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento nos meses de junho e dezembro de 2021, mantendo-se em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	jun-21	dez-21	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	70,74%	79,14%	85%	100%
Renda Variável	9,94%	3,31%	30%	70%
Estruturado	13,35%	12,08%	16%	20%
Exterior	5,06%	4,43%	10%	10%

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	jun-21	dez-21	Política Aprovada	Limites Legais
Imobiliário	0,49%	0,60%	2%	20%
Operações com Participantes	0,42%	0,44%	2%	15%

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB I

Em 31.12.2021, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada. Na tabela abaixo, a composição por segmento de aplicação considera a classificação do fundo de investimento⁷ e não no nível do ativo como na tabela acima.

	Em R\$	
Investimentos	Valor	Participação
Segmento de Renda Fixa	868.954.329,85	80,26%
Fundos de Renda Fixa	688.148.597,65	63,56%
FI Xavante Renda Fixa	688.148.597,65	63,56%
Fundos Multimercado com Renda Variável	180.805.732,20	16,70%
Bahia AM Charrua I	108.062.695,24	9,98%
Bahia AM Charrua II	72.743.036,96	6,72%
Segmento de Renda Variável	45.941.531,41	4,24%
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	45.941.531,41	4,24%
Pampeano FI Ações	45.941.531,41	4,24%
Segmento Estruturado	121.945.916,37	11,26%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	712.659,74	0,07%
Brasil Energia Renovável FIP Multiestratégia	712.659,74	0,07%
Fundos de Investimentos Multimercado - FIM e FICFIM	121.233.256,63	11,20%
Guenoa FIC Multimercado	121.233.256,63	11,20%
Segmento Exterior	45.794.078,40	4,23%
Fundos de Investimentos no Exterior	45.794.078,40	4,23%
Xeta FIM IE	45.794.078,40	4,23%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	1.082.635.856,03	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-3.953,64	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	1.082.631.902,39	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE, é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2021, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, de ações e de moedas, com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Na tabela abaixo são apresentados os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado do PB I:

Fundo	Retorno Bruto 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Administração (% a.a.)	Taxa Efetiva Pós Rebate ⁽¹⁾ (% a.a.)	Retorno Líquido 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Performance	Índice de Performance
BAHIA AM CHARRUA II FIM	-13,55%	0,40%	np	-13,90%	Não possui	Não possui
MUTA FIC MULTIMERCADO ⁽²⁾	1,66%	1,90%	np	1,12%	20,00%	100% do CDI
BAHIA AM CHARRUA I FIM	-12,04%	0,40%	np	-12,39%	Não possui	Não possui

⁷ Conforme critério da PREVIC, a classificação do fundo de investimento leva em consideração o principal fator de risco a que ele está exposto.

Fundo	Retorno Bruto 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Administração (% a.a.)	Taxa Efetiva Pós Rebate ⁽¹⁾ (% a.a.)	Retorno Líquido 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Performance	Índice de Performance
MUTA FIC MULTIMERCADO ⁽³⁾	1,35%	1,90%	np	0,82%	20,00%	100% do CDI
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL MULTIESTRATÉGIA FIP	-48,49%	0,08%	np	-48,53%	20,00%	100% do IPCA + 8% a.a.
GUENOA FIC	2,78%	0,15%	np	2,63%	Não possui	Não possui
BTG ABSOLUTO LS FIM	-14,44%	2,00%	1,40%	-15,84%	20,00%	100% do CDI
BTG PACTUAL TESOURO SELIC INST.L	4,47%	0,07%	np	4,39%	Não possui	Não possui
FI RENDA FIXA SIMPLES						
GAVEA MCRO PLUS II ⁽⁴⁾	-1,95%	1,98%	np	-2,43%	20,00%	100% do CDI
GENOA CAPITAL RADAR P FIC MULTIMERCADO	10,92%	1,90%	1,08%	9,84%	20,00%	100% do CDI
JGP STRATEGY FICFIM ⁽⁵⁾	2,76%	1,85%	np	2,22%	20,00%	100% do CDI
KAPITALO ZETA FIC MULTIMERCADO	11,32%	2,00%	np	9,10%	20,00%	100% do CDI
KINEA ATLAS FI FIM	6,62%	2,00%	1,44%	5,18%	20,00%	100% do CDI
LEGACY CAPITAL FIC MULTIMERCADO	3,27%	1,90%	1,38%	1,89%	20,00%	100% do CDI
NIMPORT FIQ FIM ⁽⁶⁾	7,86%	0,70%	np	7,72%	20,00%	100% do CDI
OCCAM RET ABS BT FIM ⁽⁷⁾	3,64%	2,00%	1,13%	2,51%	20,00%	100% do CDI
TRUXT LB FICFIM ACC ⁽⁸⁾	-0,80%	0,00%	np	-0,80%	20,00%	100% do IPCA ajustado
CLAVE ALPHA MACRO P FIC MULTIMERCADO ⁽⁹⁾	1,88%	1,88%	np	1,40%	20,00%	100% do CDI
PAMPEANO FI AÇÕES	-19,85%	0,15%	np	-19,97%	Não possui	Não possui
ABSOLUTO PARTNERS INST. FIC AÇÕES	-25,16%	3,00%	np	-27,40%	Não possui	Não possui
ATMOS INST. FIC AÇÕES	-13,17%	1,85%	np	-14,77%	20,00%	100% do Ibovespa
BOG VAL P INS FICFIA ⁽¹⁰⁾	-26,84%	2,00%	np	-27,41%	20,00%	100% do Ibovespa
BTG PACTUAL ABSOLUTO INST. FIC AÇÕES ⁽¹¹⁾	-29,69%	3,00%	2,47%	-32,16%	Não possui	Não possui
CONSTELLATION P FIC AÇÕES	-25,51%	2,00%	1,33%	-26,84%	20,00%	100% do Ibovespa
OCEANA SELECTION FIC AÇÕES	-8,85%	2,00%	1,60%	-10,45%	20,00%	100% do Ibovespa
SHARP EQUITY VALUE INST. FI AÇÕES	-16,94%	3,00%	2,14%	-19,08%	Não possui	Não possui
XAVANTE FI RENDA FIXA	16,04%	0,03%	np	16,00%	Não possui	Não possui
XETA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO ⁽¹²⁾	9,18%	0,20%	np	9,03%	Não possui	Não possui

¹⁾ O rebate corresponde a receita oriunda do desconto da taxa de administração dos fundos investidos que é revertida em virtude de acordo comercial firmado entre o administrador dos fundos exclusivos Guenoa, Pampeano e Xeta e os gestores dos fundos investidos.

⁽²⁾ Retornos acumulados a partir de 22/09/2021.

⁽³⁾ Retornos acumulados a partir de 23/09/2021.

⁽⁴⁾ Retornos acumulados a partir de 01/10/2021.

⁽⁵⁾ Retornos acumulados a partir de 24/08/2021.

⁽⁶⁾ Retornos acumulados a partir de 02/08/2021.

⁽⁷⁾ Retornos acumulados a partir de 09/02/2021.

⁽⁸⁾ Retornos acumulados a partir de 06/12/2021.

⁽⁹⁾ Retornos acumulados a partir de 01/10/2021.

⁽¹⁰⁾ Retornos acumulados a partir de 12/08/2021.

⁽¹¹⁾ Retornos acumulados a partir de 09/02/2021.

⁽¹²⁾ Retornos acumulados a partir de 28/04/2021.

Performance dos Investimentos do PB I

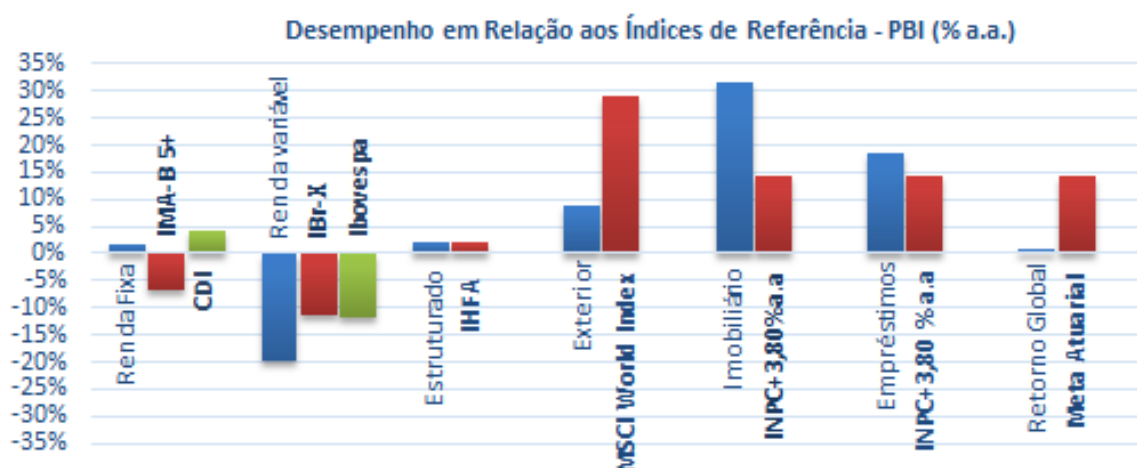
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I foi de 1,00% no ano, diante da meta atuarial de 14,35% e a taxa CDI acumuladas no período de 4,40%.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência estabelecidos na Política de Investimentos são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefício I		
	Rentabilidade Bruta em 2021 ⁽¹⁾	Índice de Referência/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2021
Renda Fixa	1,60%	IMA-B 5+	-6,55%
Renda Variável	-19,97%	IBrX	-11,17%
Estruturado ⁽²⁾	2,03%	IHFA INPC + 3,80%	2,09% 14,35%
Exterior	9,03%	MSCI World Index	29,01%
Imobiliário	31,45%	INPC + 3,80%	14,35%
Empréstimos a Participantes	18,68%	INPC + 3,80%	14,35%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	2,05%	INPC + 3,80%	14,35%
Total	1,00%		

⁽¹⁾ Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

⁽²⁾ Integram o segmento estruturado as alocações em fundos multimercados estruturados e em fundo de participação, que tem como índices de referência o Índice de Hedge Funds da Anbima - IHFA e a meta atuarial, respectivamente.



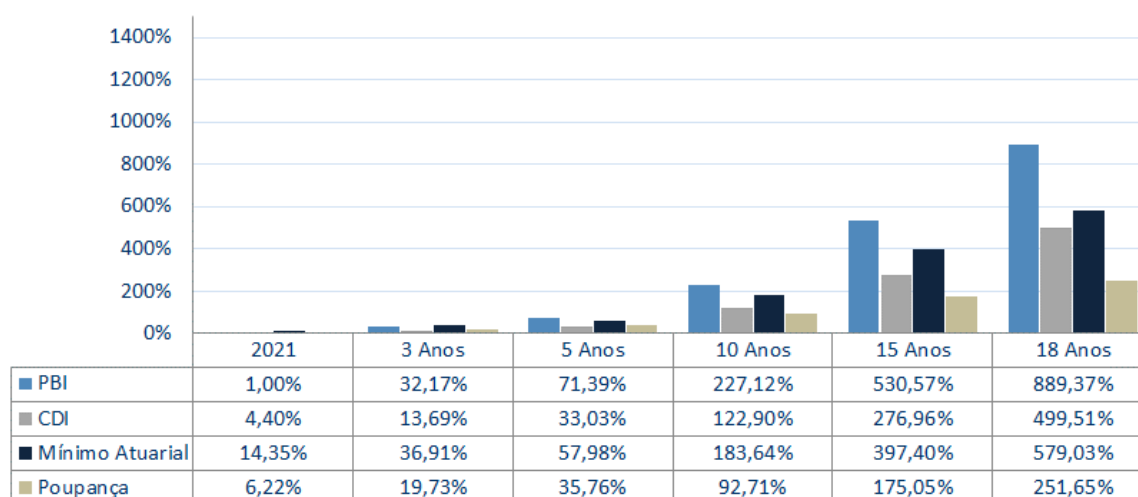
Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB I para 2021, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,5% a.a., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB I é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

A tabela abaixo apresenta a rentabilidade auferida pelo Plano de Benefícios I nos cinco exercícios anteriores, por exercício e acumulada no período.

Plano de Benefícios I	2017	2018	2019	2020	2021	Acumulada 5 anos
Rentabilidade	14,87%	12,89%	21,73%	7,50%	1,00%	71,39%

Nos últimos dezoito anos, o Plano de Benefícios I obteve retorno médio anual de 13,58% a.a., equivalente à inflação medida pelo INPC acumulada no período acrescida de retorno médio anual real de 7,41% a.a.

Desempenho do PB I versus Referenciais de Mercado e Meta Atuarial



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios I, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
Pessoal e Encargos	899.735	1.325.500	2.225.235
Conselheiros	1.393	5.520	6.913
Dirigentes	290.810	383.799	674.609
Pessoal Próprio	607.532	933.073	1.540.605
Estagiários / Jovens Aprendizizes	0	3.108	3.108
Treinamentos/Congressos e Seminários	2.630	3.470	6.100
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	163.100	155.405	318.505
Serviços Atuariais	51.510	57.675	109.185
Serviços Contábeis	15.646	16.103	31.749
Serviços Jurídicos	20.200	19.897	40.097
Recursos Humanos	6.068	5.923	11.991
Serviços de Tecnologia da Informação	37.963	38.227	76.190
Auditoria Contábil	10.050	10.311	20.361
Serviços de Conservação e Manutenção	1.559	2.776	4.335
Outras Consultorias	20.104	4.493	24.597
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	73.596	75.090	148.686
Amortizações e Depreciações	20.966	20.813	41.779
Tributos	208.237	214.669	422.906
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.368.264	1.794.947	3.163.211

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPEASAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
Pessoal e Encargos	984.927	1.348.528	2.333.455
Conselheiros	1.393	5.520	6.913
Dirigentes	318.592	376.657	695.249
Pessoal Próprio	644.946	963.240	1.608.186
Estagiários / Jovens Aprendizizes	19.996	3.111	23.107
Treinamentos/Congressos e Seminários	2.021	7.512	9.533
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	281.984	288.099	570.083
Serviços Atuariais	0	5.169	5.169
Serviços Contábeis	15.646	16.103	31.749
Serviços Jurídicos	20.199	19.897	40.096
Recursos Humanos	6.068	5.923	11.991
Serviços de Tecnologia da Informação	37.963	38.226	76.189
Auditoria Contábil	10.050	10.311	20.361
Serviços e Informações Financeiras	139.633	149.756	289.389
Consultoria de Investimentos	27.645	27.679	55.324
Serviços de Conservação e Manutenção	1.559	2.782	4.341
Outras Consultorias	23.221	12.253	35.474
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	73.988	75.811	149.799
Amortizações e Depreciações	20.966	20.814	41.780
Tributos	30.001	29.999	60.000
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.393.887	1.770.763	3.164.650

Total de Despesas Administrativas

Em R\$

DESPEASAS	Previdencial	Investimentos	Total 12 meses
Pessoal e Encargos	2.225.235	2.333.455	4.558.690
Conselheiros	6.913	6.913	13.826
Dirigentes	674.609	695.249	1.369.858
Pessoal Próprio	1.540.605	1.608.186	3.148.791
Estagiários / Jovens Aprendizizes	3.108	23.107	26.215
Treinamentos/Congressos e Seminários	6.100	9.533	15.633
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	318.505	570.083	888.588
Serviços Atuariais	109.185	5.169	114.354
Serviços Contábeis	31.749	31.749	63.498
Serviços Jurídicos	40.097	40.096	80.193
Recursos Humanos	11.991	11.991	23.982
Serviços de Tecnologia da Informação	76.190	76.189	152.379
Auditoria Contábil	20.361	20.361	40.722
Serviços e Informações Financeiras	0	289.389	289.389
Consultoria de Investimentos	0	55.324	55.324
Serviços de Conservação e Manutenção	4.335	4.341	8.676
Outras Consultorias	24.597	35.474	60.071
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	148.686	149.799	298.485
Amortizações e Depreciações	41.779	41.780	83.559
Tributos	422.906	60.000	482.906
C) Total das Despesas com Administrativas	3.163.211	3.164.650	6.327.861

Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.368.264	1.794.947	3.163.211
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.393.887	1.770.763	3.164.650
C) Total das Despesas Administrativas	2.762.151	3.565.710	6.327.861
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	1.133.596.090	1.101.884.603	1.117.740.346
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,12%	0,16%	0,28%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,12%	0,16%	0,28%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,24%	0,32%	0,56%

No exercício de 2021, o custo global de gestão do PB I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimentos foi equivalente a 0,56% do montante médio de recursos garantidores sob gestão, sendo 0,28% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,28% o custo relativo à gestão de investimentos.

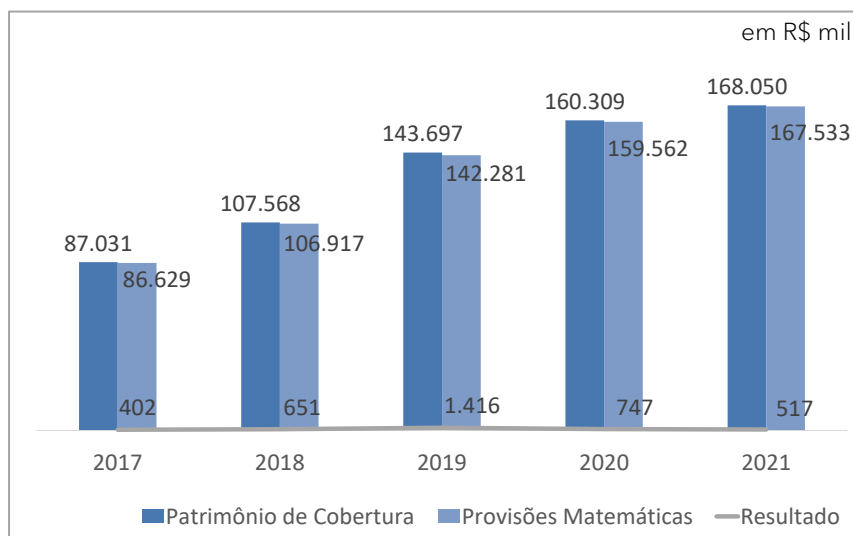
PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2001.0024-83 e estruturado na modalidade de Contribuição Variável. O Plano II tem como Patrocinadores o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o próprio ISBRE.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução do Patrimônio de Cobertura e das Provisões Matemáticas – PB II

O Plano de Benefícios II encerrou o exercício de 2021 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 168,0 milhões, sendo R\$ 167,5 milhões referentes às Provisões Matemáticas e R\$ 516,5 mil de superávit técnico acumulado, que representa 3,82% das Provisões Matemáticas referente à parcela de benefício concedido estruturada na modalidade de benefício definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 22,4126% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 3,0 milhões, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado como Reserva de Contingência. Estando o resultado superavitário do Plano abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.



O Plano II apresenta em 31.12.2021 situação de Equilíbrio Técnico, visto que o superávit acumulado não supera o limite definido na Resolução CNPC nº 30/2018. Em decorrência do retorno dos investimentos abaixo da meta atuarial, conforme detalhado na seção sobre a Gestão de Investimentos na página 18, o resultado do exercício foi deficitário.

Com base nos estudos de adequação das hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras realizados em 2021, foi aprovada a alteração da premissa de composição familiar, no que se refere ao percentual de casados, e o aumento da premissa de taxa de juros de 4,00% a.a. para 4,50% a.a., sendo mantidas as demais premissas biométricas, demográficas e econômicas vigentes no Plano. O conjunto de hipóteses adotado no cálculo das Provisões Matemáticas é apresentado no Parecer Atuarial, elaborado pela Consultoria Atuarial do ISBRE e reproduzido na página 77 deste Relatório.

Fundos Previdenciais

O Plano de Benefícios II mantém dois Fundos Previdenciais: o “Fundo de Benefício de Risco”, formado a partir das contribuições normais dos Patrocinadores para este fim e que se destina a suprir os recursos necessários ao pagamento dos benefícios de risco; e o “Fundo de Variações Atuariais”, formado por eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais. Em 31.12. 2021, o valor dos Fundos Previdenciais do Plano II eram de R\$ 8,6 milhões e R\$ 2,6 milhões, respectivamente.

Demonstração do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	182.809	173.093	5,61
Disponível	18	7	157,14
Recebível	3.369	2.952	14,13
Investimento	<u>179.422</u>	<u>170.134</u>	5,46
Ações	14	14	-
Fundos de Investimento	176.265	166.571	5,82
Investimentos Imobiliários	246	212	16,04
Operações com participantes	2.897	3.337	(13,19)
2. Obrigações	172	147	17,01
Operacional	172	147	17,01
3. Fundos não Previdenciais	3.368	2.951	14,13
Fundo Administrativo	3.368	2.951	14,13
4. Ativo Líquido (1-2-3)	179.269	169.995	5,46
Provisões Matemáticas	167.533	159.562	5,00
Superávit/Déficit Técnico	517	747	(30,79)
Fundos Previdenciais	11.219	9.686	15,83
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado Equilíbrio Técnico	517	747	(30,79)
b) (+ / -)Ajuste de Precificação	391	577	(32,24)
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	908	1.324	(31,42)

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios II

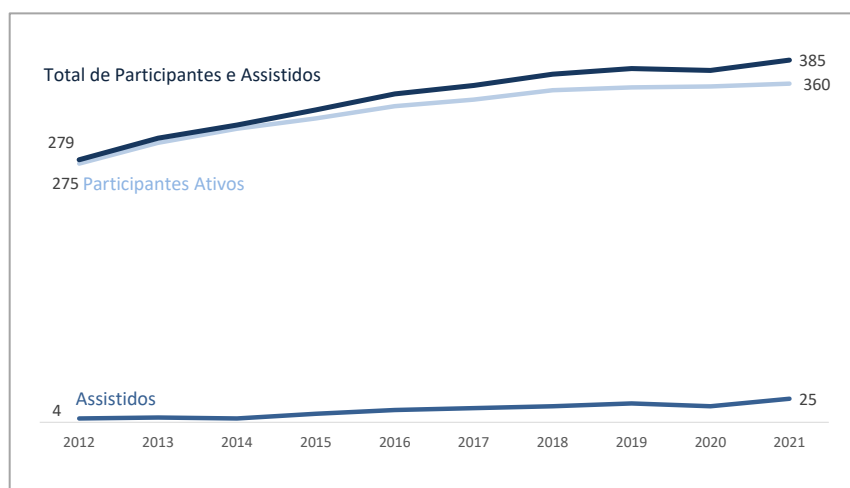
Em 31.12.2021, o Plano de Benefícios II constava com 385 participantes e assistidos, sendo 93,5% do grupo formado por participantes ativos (360 participantes ativos e 25 assistidos).

Os dados apresentados no gráfico ao lado refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano.

Assim como no PBI, para fins de tabulação da quantidade de participantes, os participantes em gozo do benefício de auxílio-doença são

classificados como assistidos, assim como estão sendo considerados como pensionistas todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão.

O grupo de assistidos, em 31.12.2021, era composto por 7 aposentadorias programadas, 16 pensionistas, que recebem a pensão legada por 6 participantes falecidos, e 2 participantes em auxílio-doença. Estão sendo considerados como pensionistas todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. Como dependentes inscritos para fins do benefício de pensão constavam 571 pessoas.



No grupo de ativos, estão sendo considerados dois participantes em período de espera do Benefício Proporcional Diferido.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em 2021, o Plano de Benefícios II pagou R\$ 809 mil em benefícios e teve R\$ 13,4 milhões de receita contributiva, oriunda de Participantes e Patrocinadores. Em relação ao ano anterior, as contribuições tiveram um crescimento de 8,4% e os benefícios, de 4,0%.

Nos valores informados acima não estão sendo considerados os resgates e as portabilidades recebidas e cedidas. Em 2021, verificou-se a saída de recursos no montante de R\$ 28,1 mil a título de portabilidade cedida e resgate, bem como o ingresso de R\$106,1 mil a título de portabilidade recebida.



Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2017	4.545.300	5.042.800	9.588.100	451.700
2018	4.946.000	5.559.500	10.505.500	811.500
2019	5.449.865	6.178.856	11.628.721	821.926
2020	5.776.709	6.567.190	12.343.898	778.064
2021	6.248.899	7.137.375	13.386.274	809.546

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB II

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento nos meses de junho e dezembro de 2021, mantendo-se em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	jun-21	dez-21	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	64,40%	73,70%	85%	100%
Renda Variável	15,64%	7,36%	40%	70%
Estruturado	12,25%	11,78%	16%	20%
Exterior	5,91%	5,40%	10%	10%
Imobiliário	0,12%	0,14%	2%	20%
Operações com Participantes	1,68%	1,62%	15%	15%

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB II

Em 31.12.2021, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada. Na tabela abaixo, a composição por segmento de aplicação considera a classificação do fundo de investimento⁸ e não no nível do ativo como na tabela acima.

Investimentos	Valor	Participação
Segmento de Renda Fixa	132.339.082,42	75,08%
Fundos de Renda Fixa	81.312.710,70	46,13%
FI Caingangue Renda Fixa	81.312.710,70	46,13%
Fundos Multimercado com Renda Variável	51.026.371,72	28,95%
Bahia AM Charrua II	51.026.371,72	28,95%
Segmento de Renda Variável	16.825.113,58	9,55%
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	16.825.113,58	9,55%
Pampeano FI Ações	16.825.113,58	9,55%
Segmento Estruturado	18.377.443,42	10,43%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	58.709,41	0,03%
Brasil Energia Renovável FIP Multiestratégia	58.709,41	0,03%
Fundos de Investimentos Multimercado - FIM e FICFIM	18.318.734,01	10,39%
Guenoa FIC Multimercado	18.318.734,01	10,39%
Segmento Exterior	8.722.681,60	4,95%
Fundos de Investimentos no Exterior	8.722.681,60	4,95%
Xeta FIM IE	8.722.681,60	4,95%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	176.264.321,02	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	51,37	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	176.264.372,39	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2021, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, de ações e de moedas, com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Na tabela abaixo são apresentados os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado do PB II, representados pelo diferencial entre os retornos bruto e líquido:

Fundos	Retorno Bruto 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Administração (% a.a.)	Taxa Efetiva Pós Rebate ⁽¹⁾ (% a.a.)	Retorno Líquido 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Performance	Índice de Performance
BAHIA AM CHARRUA II FIM	-13,55%	0,40%	np	-13,90%	Não possui	Não possui
MUTA FIC MULTIMERCADO ⁽²⁾	1,66%	1,90%	np	1,12%	20,00%	100% do CDI
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL MULTIESTRATÉGIA FIP	-48,49%	0,08%	np	-48,53%	20,00%	100% do IPCA + 8% a.a.
CAINGANGUE FI RENDA FIXA	12,91%	0,03%	np	12,87%	Não possui	Não possui
GUENOA FIC	2,78%	0,15%	np	2,63%	Não possui	Não possui
BTG ABSOLUTO LS FIM	-14,44%	2,00%	1,40%	-15,84%	20,00%	100% do CDI
BTG PACTUAL TESOUREO SELIC INST.L FI RENDA FIXA SIMPLES	4,47%	0,07%	np	4,39%	Não possui	Não possui

⁸ Conforme critério da PREVIC, a classificação do fundo de investimento leva em consideração o principal fator de risco a que ele está exposto.

Fundos	Retorno Bruto 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Administração (% a.a.)	Taxa Efetiva Pós Rebate ⁽¹⁾ (% a.a.)	Retorno Líquido 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Performance	Índice de Performance
GAVEA MCRO PLUS II ⁽³⁾	-1,95%	1,98%	np	-2,43%	20,00%	100% do CDI
GENOA CAPITAL RADAR P FIC MULTIMERCADO	10,92%	1,90%	1,08%	9,84%	20,00%	100% do CDI
JGP STRATEGY FICFIM ⁽⁴⁾	2,76%	1,85%	np	2,22%	20,00%	100% do CDI
KAPITALO ZETA FIC MULTIMERCADO	11,32%	2,00%	np	9,10%	20,00%	100% do CDI
KINEA ATLAS FI FIM	6,62%	2,00%	1,44%	5,18%	20,00%	100% do CDI
LEGACY CAPITAL FIC MULTIMERCADO	3,27%	1,90%	1,38%	1,89%	20,00%	100% do CDI
NIMPORT FIQ FIM ⁽⁵⁾	7,86%	0,70%	np	7,72%	20,00%	100% do CDI
OCCAM RET ABS BT FIM ⁽⁶⁾	3,64%	2,00%	1,13%	2,51%	20,00%	100% do CDI
TRUXT LB FICFIM ACC ⁽⁷⁾	-0,80%	0,00%	np	-0,80%	20,00%	100% do IPCA ajustado
CLAVE ALPHA MACRO P FIC MULTIMERCADO ⁽⁸⁾	1,88%	1,88%	np	1,40%	20,00%	100% do CDI
PAMPEANO FI AÇÕES	-19,85%	0,15%	np	-19,97%	Não possui	Não possui
ABSOLUTO PARTNERS INST. FIC AÇÕES	-25,16%	3,00%	np	-27,40%	Não possui	Não possui
ATMOS INST. FIC AÇÕES	-13,17%	1,85%	np	-14,77%	20,00%	100% do Ibovespa
BOG VAL P INS FICFIA ⁽⁹⁾	-26,84%	2,00%	np	-27,41%	20,00%	100% do Ibovespa
BTG PACTUAL ABSOLUTO INST. FIC AÇÕES ⁽¹⁰⁾	-29,69%	3,00%	2,47%	-32,16%	Não possui	Não possui
CONSTELLATION P FIC AÇÕES	-25,51%	2,00%	1,33%	-26,84%	20,00%	100% do Ibovespa
OCEANA SELECTION FIC AÇÕES	-8,85%	2,00%	1,60%	-10,45%	20,00%	100% do Ibovespa
SHARP EQUITY VALUE INST. FI AÇÕES	-16,94%	3,00%	2,14%	-19,08%	Não possui	Não possui
XETA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO ⁽¹¹⁾	9,18%	0,20%	np	9,03%	Não possui	Não possui

⁽¹⁾ O rebate corresponde a receita oriunda do desconto da taxa de administração dos fundos investidos que é revertida em virtude de acordo comercial firmado entre o administrador dos fundos exclusivos Guenoa, Pampeano e Xeta e os gestores dos fundos investidos.

⁽²⁾ Retornos acumulados a partir de 22/09/2021.

⁽³⁾ Retornos acumulados a partir de 01/10/2021.

⁽⁴⁾ Retornos acumulados a partir de 24/08/2021.

⁽⁵⁾ Retornos acumulados a partir de 02/08/2021.

⁽⁶⁾ Retornos acumulados a partir de 09/02/2021.

⁽⁷⁾ Retornos acumulados a partir de 06/12/2021.

⁽⁸⁾ Retornos acumulados a partir de 01/10/2021.

⁽⁹⁾ Retornos acumulados a partir de 12/08/2021.

⁽¹⁰⁾ Retornos acumulados a partir de 09/02/2021.

⁽¹¹⁾ Retornos acumulados a partir de 28/04/2021.

Performance dos Investimentos do PB II

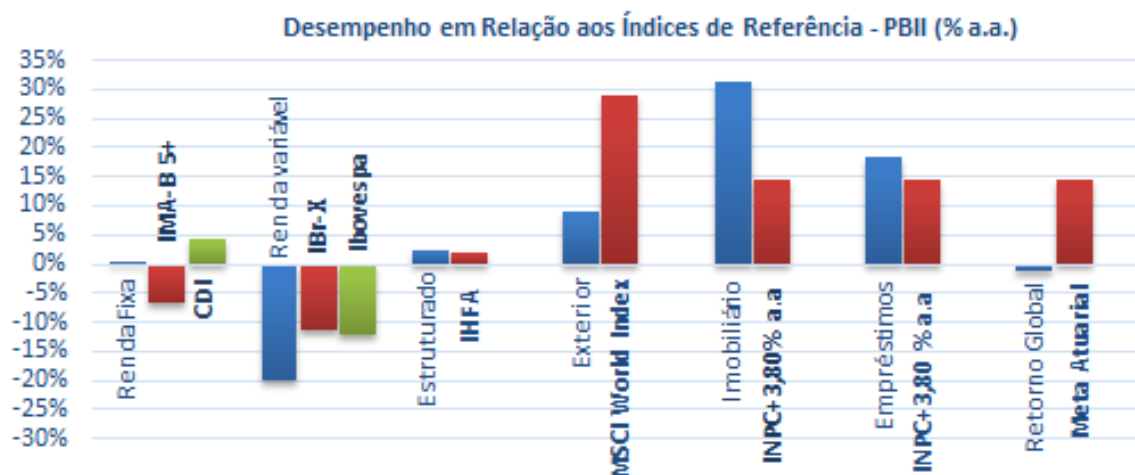
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi -1,10%, diante da meta atuarial de 14,57% e da taxa CDI acumuladas no período de 4,40%.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefício II		
	Rentabilidade Bruta em 2021 ⁽¹⁾	Índice de Referência/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2021
Renda Fixa	0,39%	IMA-B 5+	-6,55%
Renda Variável	-19,97%	IBrX	-11,17%
Estruturado ⁽²⁾	2,30%	IHFA	2,09%
Exterior	9,03%	MSCI World Index	29,01%
Imobiliário	31,45%	INPC + 4,00%	14,57%
Empréstimos a Participantes	18,35%	INPC + 4,00%	14,57%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	37,95%	INPC + 4,00%	14,57%
Total	-1,10%		

⁽¹⁾ Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

⁽²⁾ Integram o segmento estruturado as alocações em fundos multimercados estruturados e em fundo de participação, que tem como índices de referência o Índice de Hedge Funds da Anbima - IHFA e a meta atuarial, respectivamente.



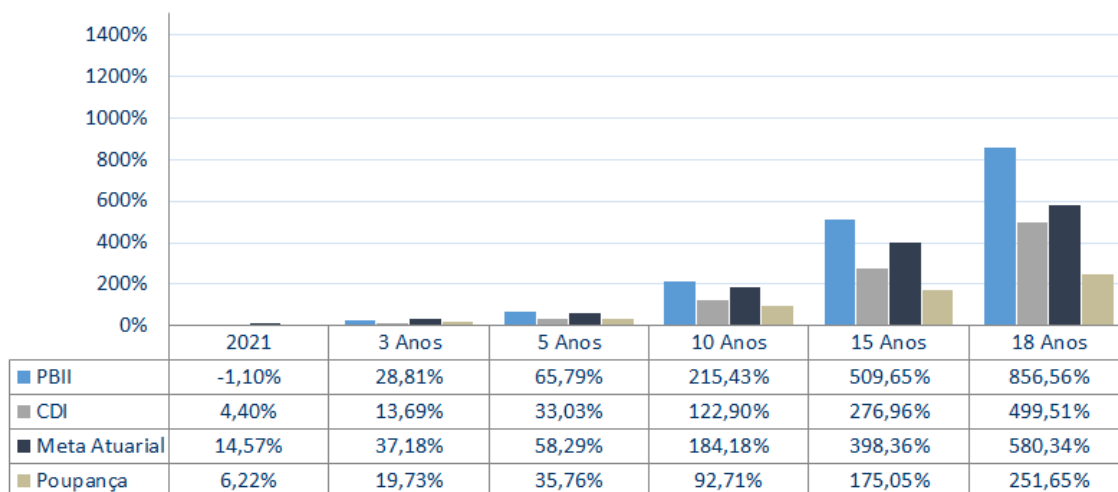
Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB II para 2021, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,5% a.a., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB II é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

A tabela abaixo apresenta a rentabilidade auferida pelo Plano de Benefícios II nos cinco exercícios anteriores, por exercício e acumulada no período.

Plano de Benefícios II	2017	2018	2019	2020	2021	Acumulada 5 anos
Rentabilidade	14,16%	12,74%	23,71%	5,28%	-1,10%	65,78%

Nos últimos dezoito anos, o Plano de Benefícios II obteve retorno médio anual de 13,37% a.a., equivalente à inflação medida pelo INPC acumulada no período acrescida de retorno médio anual real de 7,21% a.a.

Desempenho do PB II versus Referenciais de Mercado e Meta Atuarial



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios II, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
Pessoal e Encargos	135.441	210.770	346.211
Conselheiros	213	876	1.089
Dirigentes	43.714	61.109	104.823
Pessoal Próprio	91.514	148.283	239.797
Estagiários / Jovens Aprendizizes	0	502	502
Treinamentos/Congressos e Seminários	397	545	942
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	24.519	24.732	49.251
Serviços Atuariais	7.751	9.181	16.932
Serviços Contábeis	2.353	2.563	4.916
Serviços Jurídicos	3.038	3.164	6.202
Recursos Humanos	913	942	1.855
Serviços de Tecnologia da Informação	5.708	6.082	11.790
Auditoria Contábil	1.512	1.640	3.152
Serviços de Conservação e Manutenção	234	446	680
Outras Consultorias	3.010	714	3.724
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	11.064	11.955	23.019
Amortizações e Depreciações	3.156	3.309	6.465
Tributos	29.447	32.019	61.466
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	204.024	283.330	487.354

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
Pessoal e Encargos	148.246	213.890	362.136
Conselheiros	213	876	1.089
Dirigentes	47.894	59.855	107.749
Pessoal Próprio	97.143	152.657	249.800
Estagiários / Jovens Aprendizes	2.996	502	3.498
Treinamentos/Congressos e Seminários	307	1.183	1.490
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	42.477	45.892	88.369
Serviços Atuariais	0	831	831
Serviços Contábeis	2.353	2.563	4.916
Serviços Jurídicos	3.038	3.164	6.202
Recursos Humanos	913	942	1.855
Serviços de Tecnologia da Informação	5.708	6.082	11.790
Auditoria Contábil	1.512	1.640	3.152
Serviços e Informações Financeiras	21.029	23.814	44.843
Consultoria de Investimentos	4.210	4.453	8.663
Serviços de Conservação e Manutenção	234	447	681
Outras Consultorias	3.480	1.956	5.436
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	11.119	12.070	23.189
Amortizações e Depreciações	3.156	3.309	6.465
Tributos	2.625	2.625	5.250
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	207.930	278.969	486.899

Total de Despesas Administrativas

Em R\$

DESPESAS	Previdencial	Investimentos	Total 12 meses
Pessoal e Encargos	346.211	362.136	708.347
Conselheiros	1.089	1.089	2.178
Dirigentes	104.823	107.749	212.572
Pessoal Próprio	239.797	249.800	489.597
Estagiários / Jovens Aprendizes	502	3.498	4.000
Treinamentos/Congressos e Seminários	942	1.490	2.432
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	49.251	88.369	137.620
Serviços Atuariais	16.932	831	17.763
Serviços Contábeis	4.916	4.916	9.832
Serviços Jurídicos	6.202	6.202	12.404
Recursos Humanos	1.855	1.855	3.710
Serviços de Tecnologia da Informação	11.790	11.790	23.580
Auditoria Contábil	3.152	3.152	6.304
Serviços e Informações Financeiras	0	44.843	44.843
Consultoria de Investimentos	0	8.663	8.663
Serviços de Conservação e Manutenção	680	681	1.361
Outras Consultorias	3.724	5.436	9.160
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	23.019	23.189	46.208
Amortizações e Depreciações	6.465	6.465	12.930
Tributos	61.466	5.250	66.716
C) Total das Despesas com Administrativas	487.354	486.899	974.253

Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	204.024	283.330	487.354
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	207.930	278.969	486.899
C) Total das Despesas Administrativas	411.954	562.299	974.253
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	172.160.633	176.688.139	174.424.386
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,12%	0,16%	0,28%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,12%	0,16%	0,28%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,24%	0,32%	0,56%

No exercício de 2021, o custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,56% do montante médio de recursos garantidores sob gestão, sendo 0,28% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,28% o custo relativo à gestão de investimentos.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2021.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
Pessoal e Encargos	1.035.176	1.536.270	2.571.446
Conselheiros	1.606	6.396	8.002
Dirigentes	334.524	444.908	779.432
Pessoal Próprio	699.046	1.081.356	1.780.402
Estagiários / Jovens Aprendizizes	0	3.610	3.610
Treinamentos/Congressos e Seminários	3.027	4.015	7.042
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	187.619	180.137	367.756
Serviços Atuariais	59.261	66.856	126.117
Serviços Contábeis	17.999	18.666	36.665
Serviços Jurídicos	23.238	23.061	46.299
Recursos Humanos	6.981	6.865	13.846
Serviços de Tecnologia da Informação	43.671	44.309	87.980
Auditoria Contábil	11.562	11.951	23.513
Serviços de Conservação e Manutenção	1.793	3.222	5.015
Outras Consultorias	23.114	5.207	28.321
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	84.660	87.045	171.705
Amortizações e Depreciações	24.122	24.122	48.244
Tributos	237.684	246.688	484.372
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.572.288	2.078.277	3.650.565

Os Serviços de Tecnologia da Informação compreendem as despesas com prestadores de serviços, no montante de R\$ 67.672, e com licenciamento de software, no montante de R\$ 20.308.

CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2021.

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
Pessoal e Encargos	1.133.173	1.562.418	2.695.591
Conselheiros	1.606	6.396	8.002
Dirigentes	366.486	436.512	802.998
Pessoal Próprio	742.089	1.115.897	1.857.986
Estagiários / Jovens Aprendizizes	22.992	3.613	26.605
Treinamentos/Congressos e Seminários	2.328	8.695	11.023
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	324.461	333.991	658.452
Serviços Atuariais	0	6.000	6.000
Serviços Contábeis	17.999	18.666	36.665
Serviços Jurídicos	23.237	23.061	46.298
Recursos Humanos	6.981	6.865	13.846
Serviços de Tecnologia da Informação	43.671	44.308	87.979
Auditoria Contábil	11.562	11.951	23.513
Serviços e Informações Financeiras	160.662	173.570	334.232
Consultoria de Investimentos	31.855	32.132	63.987
Serviços de Conservação e Manutenção	1.793	3.229	5.022
Outras Consultorias	26.701	14.209	40.910
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	85.107	87.881	172.988
Amortizações e Depreciações	24.122	24.123	48.245
Tributos	32.626	32.624	65.250
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.601.817	2.049.732	3.651.549

Os Serviços de Tecnologia da Informação compreendem as despesas com prestadores de serviços, no montante de R\$ 58.957, e com licenciamento de software, no montante de R\$ 29.022.

As despesas diretas com investimentos dos Planos de Benefícios e Administrativo no exercício de 2021, segregadas por tipo de gestão, encontram-se nas tabelas a seguir:

Em R\$		Em R\$	
GESTÃO DA CARTEIRA TERCEIRIZADA	945.162	GESTÃO DA CARTEIRA PRÓPRIA	170.857
Auditoria	16.590	Taxa CBLC	26
Bancárias no Exterior	169	Taxa CETIP	86.896
Cartório	335	Taxa de Custódia	83.927
Confecção de Livro Contábil	640	Taxa SELIC	8
Correspondência	1		
Outras Despesas Administrativas	1.338		
Pagamento de CBLC	229		
Rebate de Taxa de Administração ¹	-1.026.000		
Taxa ANBID	16.173		
Taxa CETIP	167.873		
Taxa CVM	137.817		
Taxa de Administração	597.867		
Taxa de Custódia	349.554		
Taxa de Gestão	657.027		
Taxa SELIC	25.550		

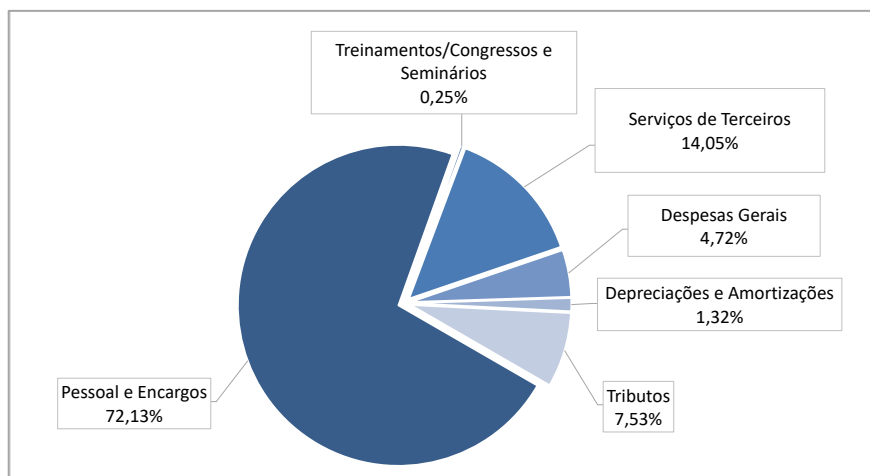
¹ Receita oriunda do rebate correspondente ao desconto da taxa de administração dos fundos investidos que é revertida em virtude de acordo comercial firmado entre o administrador dos fundos exclusivos Guenoa, Pampeano e Xeta e os gestores dos fundos investidos.

CUSTO GLOBAL DE GESTÃO

Total de Despesas com Administração da Entidade

DESPESAS	Previdencial	Investimentos	Total 12 meses
Pessoal e Encargos	2.571.446	2.695.591	5.267.037
Conselheiros	8.002	8.002	16.004
Dirigentes	779.432	802.998	1.582.430
Pessoal Próprio	1.780.402	1.857.986	3.638.388
Estagiários / Jovens Aprendizizes	3.610	26.605	30.215
Treinamentos/Congressos e Seminários	7.042	11.023	18.065
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	367.756	658.452	1.026.208
Serviços Atuariais	126.117	6.000	132.117
Serviços Contábeis	36.665	36.665	73.330
Serviços Jurídicos	46.299	46.298	92.597
Recursos Humanos	13.846	13.846	27.692
Serviços de Tecnologia da Informação	87.980	87.979	175.959
Auditoria Contábil	23.513	23.513	47.026
Serviços e Informações Financeiras	0	334.232	334.232
Consultoria de Investimentos	0	63.987	63.987
Serviços de Conservação e Manutenção	5.015	5.022	10.037
Outras Consultorias	28.321	40.910	69.231
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	171.705	172.988	344.693
Amortizações e Depreciações	48.244	48.245	96.489
Tributos	484.372	65.250	549.622
C) Total das Despesas com Administrativas	3.650.565	3.651.549	7.302.114

O gráfico abaixo demonstra a participação das principais rubricas na composição da despesa administrativa do ISBRE em 2021:



Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/21	2º Sem/21	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.572.288	2.078.277	3.650.565
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.601.817	2.049.732	3.651.549
C) Total das Despesas Administrativas	3.174.105	4.128.009	7.302.114
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	1.315.145.260	1.288.662.981	1.301.904.120
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,12%	0,16%	0,28%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,12%	0,16%	0,28%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,24%	0,32%	0,56%

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2021, equivalente a 0,56% do montante médio de recursos garantidores sob gestão, sendo 0,28% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,28% referentes à gestão de investimentos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PGA

A carteira de investimentos do PGA apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento nos meses de junho e dezembro de 2021, mantendo-se em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	jun-21	dez-21	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	83,73%	88,62%	100%	100%
Renda Variável	3,25%	0,00%	20%	70%
Estruturado	11,54%	11,28%	15%	20%
Exterior	1,46%	0,00%	10%	10%

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PGA

Em 31.12. 2021, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada. Na tabela abaixo, a composição por segmento de aplicação considera a classificação do fundo de investimento⁹ e não no nível do ativo como na tabela acima.

Em R\$		
Investimentos	Valor	Participação
Segmento de Renda Fixa	9.119.204,79	89,98%
Fundos de Renda Fixa	6.931.296,15	68,39%
Sulamérica Exclusive FI Renda Fixa Ref DI	6.931.296,15	68,39%
Fundos Multimercado com Renda Variável	2.187.908,64	21,59%
Bahia AM Charrua I FI Multimercado	2.187.908,64	21,59%
Segmento Estruturado	1.015.987,97	10,02%
Fundos de Investimentos Multimercado - FIM e FICFIM	1.015.987,97	10,02%
Guenoa FIC Multimercado	1.015.987,97	10,02%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	10.135.192,76	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-1.669,08	-0,02%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	10.133.523,68	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundo	Retorno Bruto 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Administração a.a.	Taxa Efetiva (pós rebate) ⁽¹⁾ a.a.	Retorno Líquido 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Performance	Índice de Performance
BAHIA AM CHARRUA I FIM	-12,04%	0,40%	np	-12,39%	Não possui	Não possui
MUTA FIC MULTIMERCADO ⁽²⁾	1,35%	1,90%	np	0,82%	20,00%	100% do CDI
GUENOA FIC	2,78%	0,15%	np	2,63%	Não possui	Não possui
BTG ABSOLUTO LS FIM	-14,44%	2,00%	1,40%	-15,84%	20,00%	100% do CDI
BTG PACTUAL TESOIRO SELIC INST.L FI RENDA FIXA SIMPLES	4,47%	0,07%	np	4,39%	Não possui	Não possui
GAVEA MCRO PLUS II ⁽³⁾	-1,95%	1,98%	np	-2,43%	20,00%	100% do CDI
GENOA CAPITAL RADAR P FIC MULTIMERCADO	10,92%	1,90%	1,08%	9,84%	20,00%	100% do CDI
JGP STRATEGY FICFIM ⁽⁴⁾	2,76%	1,85%	np	2,22%	20,00%	100% do CDI
KAPITALO ZETA FIC MULTIMERCADO	11,32%	2,00%	np	9,10%	20,00%	100% do CDI
KINEA ATLAS FI FIM	6,62%	2,00%	1,44%	5,18%	20,00%	100% do CDI
LEGACY CAPITAL FIC MULTIMERCADO	3,27%	1,90%	1,38%	1,89%	20,00%	100% do CDI
NIMPORT FIQ FIM ⁽⁵⁾	7,86%	0,70%	np	7,72%	20,00%	100% do CDI

⁹ Conforme critério da PREVIC, a classificação do fundo de investimento leva em consideração o principal fator de risco a que ele está exposto.

Fundo	Retorno Bruto 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Administração a.a.	Taxa Efetiva (pós rebate) ⁽¹⁾ a.a.	Retorno Líquido 01/01/21 a 31/12/21	Taxa de Performance	Índice de Performance
OCCAM RET ABS BT FIM ⁽⁶⁾	3,64%	2,00%	1,13%	2,51%	20,00%	100% do CDI
TRUXT LB FICFIM ACC ⁽⁷⁾	-0,80%	0,00%	np	-0,80%	20,00%	100% do IPCA
CLAVE ALPHA MACRO P FIC MULTIMERCADO ⁽⁸⁾	1,88%	1,88%	np	1,40%	20,00%	ajustado 100% do CDI
SULAMÉRICA EXCLUSIVE FI RF REFERENCIADO DI	4,58%	0,15%	np	4,42%	Não possui	Não possui

⁽¹⁾ O rebate corresponde a receita oriunda do desconto da taxa de administração dos fundos investidos que é revertida em virtude de acordo comercial firmado entre o administrador dos fundos exclusivos Guenoa, Pampeano e Xeta e os gestores dos fundos investidos.

⁽²⁾ Retornos acumulados a partir de 23/09/2021.

⁽³⁾ Retornos acumulados a partir de 01/10/2021.

⁽⁴⁾ Retornos acumulados a partir de 24/08/2021.

⁽⁵⁾ Retornos acumulados a partir de 02/08/2021.

⁽⁶⁾ Retornos acumulados a partir de 09/02/2021.

⁽⁷⁾ Retornos acumulados a partir de 06/12/2021.

⁽⁸⁾ Retornos acumulados a partir de 01/10/2021.

Performance dos Investimentos do PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de -0,05%, diante do CDI de 4,40% do período.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Rentabilidade Bruta em 2021 ⁽¹⁾	Índice de Referência/ Meta Atuarial	
		Índice	Variação em 2021
Renda Fixa	-0,22%	IMA-B 5+	-6,55%
Multimercados	1,60%	IHFA	2,09%
Total	-0,05%		

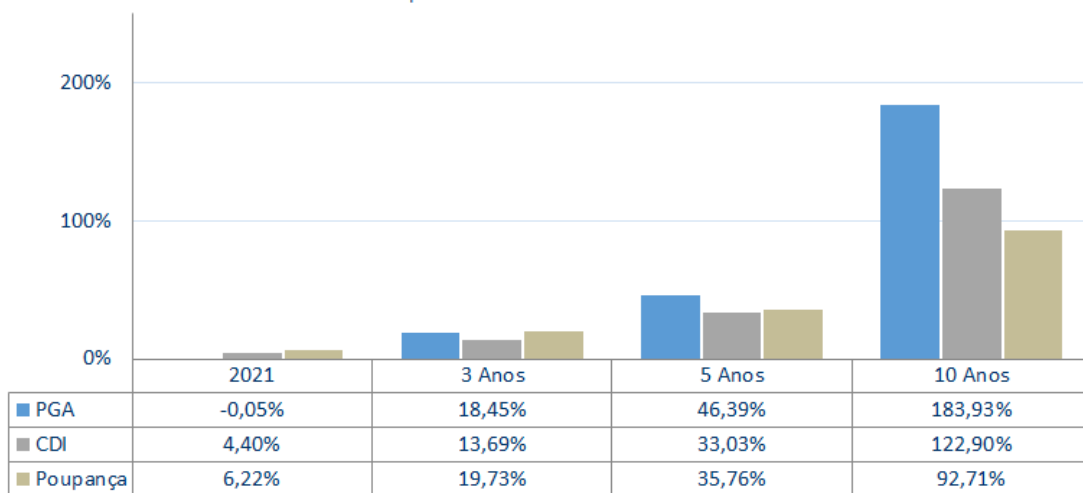
⁽¹⁾ Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

A tabela abaixo apresenta a rentabilidade auferida pelo PGA nos cinco exercícios anteriores, por exercício e acumulado no período.

PGA	2017	2018	2019	2020	2021	Acumulada 5 anos
Rentabilidade	13,45%	8,93%	15,45%	2,65%	-0,05%	46,39%

Nos últimos dez anos, o Plano de Gestão Administrativa (PGA) obteve retorno médio anual de 11,00% a.a., equivalente à inflação medida pelo INPC acumulada no período acrescida um retorno médio anual real de 4,61% a.a.

Desempenho do PGA versus Referenciais de Mercado



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2022

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva, em conjunto com o Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada em 14.12.2021 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2022, a seguir sumariada, manterá a estratégia de gestão integrada de forma ativa dos recursos garantidores dos planos de com o passivo atuarial, tendo presente o permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Índice de Referência
Renda Fixa	IMA-B 5+	Renda Fixa	IMA-B 5+
Renda Variável	IBrX	Renda Variável	IBrX
Estruturado	IFMM ¹	Estruturado	IFMM ¹
Imobiliário	INPC + 3,80% a.a.	Imobiliário	INPC + 3,80% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 3,80% a.a.	Operações com Participantes	INPC + 3,80% a.a.
Exterior	MSCI World Index	Exterior	MSCI World Index

⁽¹⁾ Índice de Fundos Multimercado – IFMM calculado pelo BTG Pactual.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Índice de Referência
Renda Fixa	IMA-B 5+	Renda Fixa	IMA-B 5+
Renda Variável	IBrX	Renda Variável	IBrX
Estruturado	IFMM ¹	Estruturado	IFMM ¹
Imobiliário	INPC + 4,50% a.a.	Imobiliário	INPC + 4,50% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 4,50% a.a.	Operações com Participantes	INPC + 4,50% a.a.
Exterior	MSCI World Index	Exterior	MSCI World Index

⁽¹⁾ Índice de Fundos Multimercado – IFMM calculado pelo BTG Pactual.

Segmento	PGA		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Índice de Referência
Renda Fixa	IMA-B 5+	Renda Fixa	IMA-B 5+
Renda Variável	IBrX	Renda Variável	IBrX
Estruturado	IFMM ¹	Estruturado	IFMM ¹
Exterior	MSCI World Index	Exterior	MSCI World Index

⁽¹⁾ Índice de Fundos Multimercado – IFMM calculado pelo BTG Pactual.

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	85,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Instituição Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	85,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Instituição Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Alocação por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Instituição Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Além dos limites por emissor descritos na tabela acima, são estabelecidos os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em cotas de Fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitada a 2% (dois por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
2. A alocação em cada gestor de FIA Não Exclusivo não poderá exceder a 10% (dez por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
3. A alocação em Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado classificados no Segmento Estruturado deverá respeitar o limite de 15% (quinze por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
4. A alocação em cada Fundo de Investimento Multimercado classificado nesse segmento não deve ser superior a 5% (cinco por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
5. A alocação em cada Fundo de Investimento classificado no Segmento Exterior não deve ser superior a 3% (três por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
6. A alocação em cada Fundo de Investimento Imobiliário não deve ser superior a 1% (um por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
7. Não serão admitidas alocações em novos Fundos de Investimento em Participações, excetuadas as chamadas de capital ou criação de estruturas derivadas de fundos existentes.

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta Não Financeira ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 5% para alocação de emissão de uma mesma Instituição Financeira ou Companhia Aberta Não Financeira se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta Não Financeira ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 5% para alocação de emissão de uma mesma Instituição Financeira ou Companhia Aberta Não Financeira se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Concentração por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta Não Financeira ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 5% para alocação de emissão de uma mesma Instituição Financeira ou Companhia Aberta Não Financeira se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Além dos limites descritos na tabela acima, são estabelecidos os seguintes limites adicionais de concentração:

1. A alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;
2. A alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. A alocação em cada Fundo classificado no Segmento de Renda Variável não deve ser superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, sendo que, para as alocações realizadas em feeder, na estrutura master-feeder, o limite é de 25% do patrimônio do feeder;
4. A alocação em cada Fundo de Investimento Multimercado classificado no Segmento de Investimentos Estruturados não deve ser superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FIM ou FIM master, na estrutura master-feeder.
5. A alocação em cada Fundo de Investimento classificado no Segmento Exterior não deve ser superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, com exceção dos fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", que invistam, no mínimo, 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, cujo limite não deve ser superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido Fundo de Investimento constituído no exterior.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**



I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	35	16	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.719	3.283
REALIZÁVEL	1.288.142	1.340.263	Gestão Previdencial	2.305	1.875
Gestão Previdencial	1.958	3.489	Gestão Administrativa	875	869
Gestão Administrativa	2.453	2.431	Investimentos	539	539
Investimentos	1.283.731	1.334.343	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.264	6.094
Renda Variável	188	188	Gestão Previdencial	2.829	4.660
Fundos de Investimento	1.269.035	1.320.242	Gestão Administrativa	1.435	1.434
Investimentos em Imóveis	6.843	5.902	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.280.409	1.331.097
Operações com Participantes	7.665	8.011	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.258.550	1.288.471
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	215	195	Provisões Matemáticas	1.099.860	1.052.601
Imobilizado	150	134	Benefícios Concedidos	860.235	823.081
Intangível	65	61	Benefícios a Conceder	239.625	229.520
			Equilíbrio Técnico	158.690	235.870
			Resultados Realizados	158.690	235.870
			Superávit Técnico Acumulado	158.690	235.870
			Fundos	21.859	42.626
			Fundo Previdencial	11.359	33.501
			Fundo Administrativo	10.500	9.125
TOTAL DO ATIVO	1.288.392	1.340.474	TOTAL DO PASSIVO	1.288.392	1.340.474

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis



II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	1.331.097	1.302.652	2,18
1. Adições	41.660	119.901	(65,25)
(+) Contribuições Previdenciais	30.048	28.313	6,13
(+) Portabilidade	106	-	-
(+) Outras Adições Previdenciais	7	-	-
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.607	82.961	(96,86)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	174	-	-
(+) Receitas Administrativas	8.718	8.420	3,54
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	207	(100,00)
2. Destinações	(92.348)	(91.456)	0,98
(-) Benefícios	(77.922)	(73.101)	6,59
(-) Portabilidade / Resgates	(28)	(394)	(92,89)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(354)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(7.302)	(6.641)	9,95
(-) Outras Destinações	(7.055)	(10.966)	(35,66)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(41)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(50.688)	28.445	(278,20)
(+/-) Provisões Matemáticas	47.258	63.326	(25,37)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(77.179)	(29.439)	162,17
(+/-) Fundos Previdenciais	(22.142)	(7.428)	198,09
(+/-) Fundos Administrativos	1.375	1.986	(30,77)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.280.409	1.331.097	(3,81)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

1



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.151.976	1.144.129	0,69
1. Adições	24.532	93.118	(73,65)
(+) Contribuições	18.898	18.090	4,47
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.455	75.028	(92,73)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	174	-	-
(+) Outras Adições	5	-	-
2. Destinações	(85.868)	(85.271)	0,70
(-) Benefícios	(77.112)	(72.323)	6,62
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(354)	-
(-) Custeio Administrativo	(1.701)	(1.628)	4,48
(-) Outras Destinações	(7.055)	(10.966)	(35,66)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(61.336)	7.847	(881,65)
(+/-) Provisões Matemáticas	39.287	46.045	(14,68)
(+/-) Fundos Previdenciais	(23.674)	(9.428)	151,10
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(76.949)	(28.770)	167,46
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.090.640	1.151.976	(5,32)
C) Fundos não Previdenciais	959	1.462	(34,40)
(+/-) Fundo Administrativo	959	1.462	(34,40)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

3



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	Em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	169.995	151.383	12,29
1. Adições	13.495	20.277	(33,45)
(+) Contribuições	13.386	12.344	8,44
(+) Portabilidade	106	-	-
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	7.933	(100,00)
(+) Outras Adições	3	-	-
(+) 2. Destinações	(4.221)	(1.665)	153,51
(-) Benefícios	(810)	(778)	4,11
(-) Portabilidade/Resgates	(28)	(394)	(92,89)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(2.848)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(535)	(493)	8,52
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.274	18.612	(50,17)
(+/-) Provisões Matemáticas	7.971	17.281	(53,87)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.532	2.000	(23,40)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(230)	(669)	(65,62)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	179.269	169.995	5,46
C) Fundos não Previdenciais	416	524	(20,61)
(+/-) Fundo Administrativo	416	524	(20,61)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

4



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	Em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	1.103.270	1.165.075	(5,30)
Disponível	7	6	16,67
Recebíveis Previdencial	9.089	9.663	(5,94)
Investimento	1.094.174	1.155.406	(5,30)
Renda Variável	174	174	-
Fundos de Investimento	1.082.636	1.144.868	(5,44)
Investimentos em Imóveis	6.597	5.690	15,94
Operações com Participantes	4.767	4.674	1,99
2. Obrigações	5.498	6.925	(20,61)
Operacional	2.669	2.265	17,84
Contingencial	2.829	4.660	(39,29)
3. Fundos não Previdenciais	7.132	6.174	15,52
Fundo Administrativo	7.132	6.174	15,52
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.090.640	1.151.976	(5,32)
Provisões Matemáticas	932.327	893.039	4,40
Superávit/Déficit Técnico	158.173	235.123	(32,73)
Fundos Previdenciais	140	23.814	(99,41)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	158.173	235.123	(32,73)
b) (+ / -) Ajuste de Precificação	102.026	79.473	28,38
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	260.199	314.596	(17,29)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

5



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	Em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	182.809	173.093	5,61
Disponível	18	7	157,14
Recebíveis Previdencial	3.369	2.952	14,13
Investimento	179.422	170.134	5,46
Renda Variável	14	14	-
Fundos de Investimento	176.265	166.571	5,82
Investimentos em Imóveis	246	212	16,04
Operações com Participantes	2.897	3.337	(13,19)
2. Obrigações	172	147	17,01
Operacional	172	147	17,01
3. Fundos não Previdenciais	3.368	2.951	14,13
Fundo Administrativo	3.368	2.951	14,13
4. Ativo Líquido (1-2-3)	179.269	169.995	5,46
Provisões Matemáticas	167.533	159.562	5,00
Superávit/Déficit Técnico	517	747	(30,79)
Fundos Previdenciais	11.219	9.686	15,83
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	517	747	(30,79)
b) (+ / -) Ajuste de Precificação	391	577	(32,24)
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	908	1.324	(31,42)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis



V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	9.125	7.139	27,82
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.718	8.627	1,05
1.1. Receitas	8.718	8.627	1,05
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.236	2.121	5,42
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.482	6.299	2,91
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	207	(100,00)
2. Despesas Administrativas	7.302	6.641	9,95
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	7.302	6.641	9,95
Pessoal e Encargos	5.267	4.783	10,12
Treinamentos/Congressos e Seminários	18	26	(30,77)
Viagens e Estadias	-	5	(100,00)
Serviços de Terceiros	1.026	856	19,86
Despesas Gerais	345	328	5,18
Depreciações e Amortizações	96	91	5,49
Tributos	550	552	(0,36)
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	41	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.375	1.986	(30,77)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.375	1.986	(30,77)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	10.500	9.125	15,07

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

7



VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	Em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.096.138	1.158.901	(5,42)
1. Provisões Matemáticas	932.327	893.039	4,40
1.1. Benefícios Concedidos	846.710	811.421	4,35
Benefício Definido	846.710	811.421	4,35
1.2. Benefício a Conceder	85.617	81.618	4,90
Benefício Definido	85.617	81.618	4,90
2. Equilíbrio Técnico	158.173	235.123	(32,73)
2.1. Resultados Realizados	158.173	235.123	(32,73)
Superávit técnico acumulado	158.173	235.123	(32,73)
Reserva de Contingência	158.173	177.626	(10,95)
Reserva para Revisão do Plano	-	57.497	(100,00)
3. Fundos	140	23.814	(99,41)
3.1 Fundos Previdenciais	140	23.814	(99,41)
4. Exigível Operacional	2.669	2.265	17,84
4.1 Gestão Previdencial	2.208	1.796	22,94
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	461	469	(1,71)
5. Exigível Contingencial	2.829	4.660	(39,29)
5.1 Gestão Previdencial	2.829	4.660	(39,29)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis.



VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	179.442	170.142	5,47
1. Provisões Matemáticas	167.533	159.562	5,00
1.1. Benefícios Concedidos	13.525	11.660	15,99
Benefício Definido	13.525	11.660	15,99
1.2. Benefício a Conceder	154.008	147.902	4,13
Contribuição Definida	154.008	147.902	4,13
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	61.594	59.839	2,93
Saldo de contas - parcela participantes	91.421	87.158	4,89
Saldo de contas - parcela participantes EFPC	983	905	8,62
Saldo de contas - parcela participantes EAPC	10	-	-
2. Equilíbrio Técnico	517	747	(30,79)
2.1. Resultados Realizados	517	747	(30,79)
Superávit técnico acumulado	517	747	(30,79)
Reserva de Contingência	517	747	(30,79)
3. Fundos	11.219	9.686	15,83
3.1 Fundos Previdenciais	11.219	9.686	15,83
4. Exigível Operacional	173	147	17,69
4.1 Gestão Previdencial	97	79	22,78
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	76	68	11,76

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, tendo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) como entidade de fiscalização e supervisão das suas atividades.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a obtenção desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes e Assistidos, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD (fechado para novos participantes), e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício - CNPB:

CNPB	Sigla do Plano
19790012-19	Plano de Benefícios I
20010024-83	Plano de Benefícios II

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos.

Plano	Descrição	2017	2018	2019	2020	2021
	Ativos	109	67	63	58	58
Plano de Benefícios I	Auxílio-Doença	2	4	2	3	1
	Aposentados	364	398	396	397	390
	Beneficiários de Pensão	89	92	97	96	99
	Total PB I	564	561	558	554	548
	Ativos	332	340	341	341	346
	Autopatrocinaados	10	12	13	14	12
Plano de Benefícios II	BPD (1)	1	1	2	2	2
	Auxílio-Doença	2	-	2	-	2
	Aposentados	1	2	3	4	7
	Beneficiários de Pensão	12	15	15	13	16
	Total PB II	358	370	376	374	385
Total Geral (PBI e PBII)		922	931	934	928	933

(1) Benefício Proporcional Diferido

10



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021 e a Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020, da PREVIC e suas alterações. O art. 17 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão: a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; d) Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior; e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior; f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior; g) Notas explicativas às demonstra es contábeis consolidadas; h) Relatórios dos Auditores Independentes; i) Parecer do Atuário, relativo a cada plano de benefícios previdencial; j) Parecer do Conselho Fiscal; e k) Manifesta o do Conselho Deliberativo com aprova o das demonstra es contábeis.

A Diretoria Executiva do ISBRE autorizou a conclusão destas Demonstra es Contábeis em reunião do dia 10.03.2021.

2.1 Consolida o das Demonstra es

As demonstra es contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolida o, emanados da legisla o societária brasileira e em atendimento as normas elencadas no item anterior e a Resolu o CFC n  1.272, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e altera es.

No processo de consolida o das demonstra es contábeis do ISBRE foram realizadas as seguintes elimina es no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	Consolidado
Gestão administrativa - participa�o no PGA	7.132	3.368	(10.500)
	7.132	3.368	(10.500)
Passivo			
Fundos - Participa�o no Fundo Administrativo	(7.132)	(3.368)	10.500
	(7.132)	(3.368)	10.500

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Abaixo descrevemos as principais práticas adotadas nos registros contábeis dos exercícios de 2021 e 2020, base das Demonstra es Contábeis e Notas Explicativas.

3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realiza o e incluem, quando aplicável, as varia es monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos (Nota Explicativa 4).

3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

a) Renda fixa e renda variável

A Resolu o CNPC n  43, de 6 de agosto de 2021, no Capítulo III - Registro e Avalia o Contábil de Títulos e Valores Mobiliários, estabeleceu critérios para o registro e a avalia o contábil dos títulos e valores mobiliários, de



acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber (Nota Explicativa 5.3):

Titulos para negociação: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Titulos mantidos até o vencimento: Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não negociáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição, sendo ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com conta de resultado (Nota Explicativa 5.4).

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, líquido das amortizações e acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa 5.5).

3.3 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base em taxas aprovadas pela Diretoria Executiva do ISBRE.

O Intangível é demonstrado pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano (Nota Explicativa 6).

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (Nota Explicativa 7).

3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seus valores apurados a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração do ISBRE sobre a sua adequação, tendo por base estudos realizados por profissionais especializados. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto para as receitas de contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e ao abono anual dos inativos. Estas receitas, tanto do Plano de Benefícios I como do Plano de Benefícios II, estão registradas pelo regime de caixa. Registre-se ainda, que, para fins do que estabelece o Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020, da PREVIC, as contribuições dos participantes assistidos relativas ao PB I estão incluídas no cálculo das Reservas Matemáticas mensais como "Valor Atual das Contribuições Futuras".

3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxa administrativa e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da

12



Fundação na aprovação da programação orçamentária para o exercício seguinte, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos efetivos e as referidas contribuições para tal finalidade (Nota Explicativa 9.4.2).

3.8 TRANFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos são os estabelecidos a seguir e seguem demonstrados na Nota Explicativa 11.

a) Gestão Previdencial

Recebe o fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido do valor transferido para custear as despesas administrativas (taxa administrativa) e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa (carregamento) para o custeio da administração. O resultado do plano é transferido para constituição ou reversão de Superávit ou Déficit Técnico do Plano.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios, para cobertura de despesas administrativas (carregamento), conforme previsto no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios para custear as despesas administrativas (taxa administrativa), além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo. O resultado positivo ou negativo da Gestão Administrativa é transferido para constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas mensais líquidas dos investimentos, depois de deduzida a taxa administrativa, são enviadas para a Gestão Previdencial de cada plano de benefícios. Já o resultado dos investimentos do Fundo Administrativo é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Depósitos Judiciais	1.794	3.275
Depósitos Recursais	79	131
	1.873	3.406

Os valores dos Depósitos Judiciais se referem a depósitos para garantia de execução de sentença de ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE e os Depósitos Recursais servem para interpor recursos destas ações judiciais. A integralidade destes valores se refere ao Plano de Benefícios I.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

No quadro abaixo demonstramos os investimentos consolidados. Os investimentos abertos por Plano de Benefícios e PGA estão demonstrados na Nota Explicativa 12.

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Créditos Privados e Depósitos		
Certificados de Depósitos Bancários	1.648	1.648
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.648)	(1.648)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	188	188
	188	188
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	776.392	561.304
Ações	62.767	78.427

13



Multimercado	374.588	679.012
Investimento no Exterior	54.517	-
Participações	771	1.499
	1.269.035	1.320.242
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	6.843	5.902
	6.843	5.902
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	7.699	8.362
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(34)	(351)
	7.665	8.011
	1.283.731	1.334.343

O Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú Unibanco S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação de ativos dos fundos exclusivos.

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registram os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes às aplicações financeiras, conforme estabelece o artigo 19 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021. O valor da provisão de perda em Certificados de Depósitos Bancários se refere às aplicações realizadas entre 1995 e 1999 em CDBs dos bancos Bancesa, Sella e Crefisul. Tendo em vista que os eventos de liquidação destas instituições ocorreram antes da criação do Plano de Benefícios II, tais valores são registrados na sua totalidade no Plano de Benefícios I. Os valores de perda com Imóveis e Operações com Participantes referem-se aos dois planos de benefícios. (Notas Explicativas 5.2, 5.4.2 e 5.5).

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial e Certificados de Depósitos Bancários. As demais aplicações em renda variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE, são feitas por intermédio de Fundos de Investimento.

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Créditos Privados e Depósitos		
Certificados de Depósitos Bancários	1.648	1.648
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.648)	(1.648)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	188	188
	188	188

5.3 Fundos de Investimentos

5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:



Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2021	2020
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
Caingangue FI Renda Fixa	Sulamérica Investimentos	81.313	67.775
Xavante FI Renda Fixa	Sulamérica Investimentos	688.149	487.224
		769.461	554.999
Multimercado			
Bahia AM Charrua I FI Multimercado	Bahia Asset Management	110.251	278.318
Bahia AM Charrua II FI Multimercado	Bahia Asset Management	123.769	260.252
Fundo Guenoa FIC FIM	BTG Pactual Serviços Financeiros	140.568	140.442
		374.588	679.012
Ações			
Fundo Pampeano FI Ações	BTG Pactual Serviços Financeiros	62.767	78.427
		62.767	78.427
Exterior			
Fundo Xeta Multimercado IE	BTG Pactual Serviços Financeiros	54.517	-
		54.517	-
		1.261.333	1.312.438
Fundos Abertos			
Renda Fixa			
Sulamérica Exclusive FI RF Ref. DI	Sulamérica Investimentos	6.931	4.734
Sulamérica Ativo FI Renda Fixa LP	Sulamérica Investimentos	-	1.571
		6.931	6.305
Participações			
Brasil Energia Renovável FIP	Brasil Plural Gestão de Recursos	771	1.499
		771	1.499
		7.703	7.804
		1.269.035	1.320.242

Em conformidade com a Política de Investimentos 2021-25 e respeitadas as instâncias de governança da Fundação, foram efetuadas as seguintes realocações de investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA no exercício de 2021: (i) foi constituído o fundo exclusivo Xeta Multimercado IE, com o intuito de viabilizar a realização de alocações dos Planos de Benefícios I e II no exterior; (ii) foi realizada a ampliação da alocação em títulos indexados à inflação com classificação "mantidos até o vencimento" por meio dos fundos exclusivos Xavante FI Renda Fixa e Caingangue FI Renda Fixa; (iii) as movimentações realizadas na carteira do PGA foram relacionadas à execução orçamentária das atividades fim da Fundação.

15



5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece o art. 30 da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, alterada pela Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, os títulos e valores mobiliários do ISBRE estão registrados e classificados como demonstrado abaixo em 31 de dezembro de 2021:

Plano de Benefícios I

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	7.693	8.346	Acima de 360 dias
NTN-B	30.680	30.933	Abaixo de 360 dias
NTN-B	124.311	114.463	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	54.005	54.005	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	12.676	10.451	Prazo indeterminado
	229.365	218.197	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	513.491	650.957	Acima de 360 dias
	513.491	650.957	
Contas a Pagar/Receber	-	(239)	
Tesouraria	-	39	
Total Renda Fixa	742.856	868.954	
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações não negociadas em bolsa	25	174	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	38.675	45.942	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	38.700	46.115	
Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimento em Participações	6.560	713	Prazo indeterminado
Fundos de Investimento em Multimercado	116.318	121.233	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	122.878	121.946	
Investimento no Exterior			
Fundos de Investimento no Exterior	42.000	45.794	Prazo indeterminado
Total Investimento no Exterior	42.000	45.794	
Total dos Investimentos Mobiliários	946.434	1.082.810	

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B
LFT – Letra Financeira do Tesouro
FIA – Fundo de Investimentos em Ações

Importa destacar que o Plano de Benefícios I possui capacidade financeira para manter em carteira até os respectivos vencimentos os títulos classificados como mantidos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado da carteira de títulos classificados como mantidos até o vencimento é de R\$669.847 mil (R\$537.356 mil em 2020), valor este que supera o valor precificado na curva do papel em R\$18.890 mil (R\$103.913 mil em 2020).

16



Plano de Benefícios II

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	12.927	13.684	Acima de 360 dias
NTN-B	35.247	32.300	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	26.542	26.542	Prazo indeterminado
Fundo Multimercado*	704	2.796	Prazo indeterminado
	75.420	75.322	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	42.409	57.066	Acima de 360 dias
	42.409	57.066	
Contas a Pagar/Receber	-	(62)	Prazo indeterminado
Tesouraria	-	14	Prazo indeterminado
Total Renda Fixa	117.829	132.339	
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações não negociadas em bolsa	2	14	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	14.164	16.825	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	14.166	16.839	
Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimentos em Participações	540	59	Prazo indeterminado
Fundos de Investimentos em Multimercado	16.093	18.319	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	16.633	18.377	
Investimento no Exterior			
Fundos de Investimento no Exterior	8.000	8.723	Prazo indeterminado
Total Investimento no Exterior	8.000	8.723	
Total dos Investimentos Mobiliários	156.628	176.279	

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B
LFT – Letra Financeira do Tesouro
FIA – Fundo de Investimentos em Ações

* A diferença entre o custo de aquisição e o valor de avaliação do Fundo Multimercado se deve não somente à rentabilidade do fundo no período, mas também porque a participação do Plano de Benefícios II aumentou tendo em vista o resgate do Plano de Benefícios I no mês de novembro/2021.

Importa destacar que o Plano de Benefícios II possui capacidade financeira para manter em carteira, até os respectivos vencimentos, os títulos classificados como mantidos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado da carteira de títulos classificados como mantidos até o vencimento é de R\$55.352 mil (R\$57.861 mil em 2020), valor este que fica abaixo do valor precificado na curva do papel em R\$1.714 mil (em 2020 superou em R\$10.922 mil).

17



Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	49	55	Acima de 360 dias
NTN-B	1.500	1.385	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	619	619	Prazo indeterminado
Fundo de Renda Fixa	6.367	6.931	Prazo indeterminado
Fundo Multimercado*	21	131	Prazo indeterminado
Contas a Pagar/Receber	-	(2)	Prazo indeterminado
Total Renda Fixa	8.555	9.119	
Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimentos em Multimercado	1.000	1.016	
Total Investimentos Estruturados	1.000	1.016	
Total dos Investimentos Mobiliários	9.555	10.135	

LFT – Letra Financeira do Tesouro
NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B

* A diferença entre o custo de aquisição e o valor de avaliação do Fundo Multimercado se deve não somente à rentabilidade do fundo no período, mas também porque a participação do Plano de Gestão Administrativa aumentou tendo em vista o resgate do Plano de Benefícios I no mês de novembro/2021.

5.3.3 Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais

Considerando os critérios estabelecidos na Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, o ajuste de precificação de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, alterada pela Resolução nº 37, de 13.03.2020, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, precificados pela taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial, de 3,80% no Plano de Benefícios I, e de 4,50%, no Plano de Benefícios II, e o valor contábil desses títulos nos respectivos Planos.

Para cálculo do ajuste de precificação do Plano de Benefícios I, foi utilizada a totalidade dos títulos do Plano classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, conforme requisitos estabelecidos pelo art. 10 da Instrução Previc nº 33/2020, resultando em um ajuste de precificação no valor de R\$102.026 mil (R\$79.473 mil em 2020).

No Plano de Benefícios II, por se tratar de um plano de contribuição variável em que os benefícios concedidos adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, para o cálculo do ajuste de precificação foi utilizada a fração correspondente à parcela de Benefícios Concedidos dos títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, conforme requisitos estabelecidos pelo art. 10 da Instrução Previc nº 33/2020, resultando em um ajuste de precificação no valor de R\$391 mil (R\$577 mil em 2020).

O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, é evidenciado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado (Vide Nota Explicativa 9.3), e segue demonstrado nos quadros a seguir:



Plano de Benefício I

Ativo	Taxa aquisição % a. a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Varição Curva x taxa do passivo
NTN-B	5,249519	15/08/2028	5.000	19.861,97	19.991,73	21.006,52	1.144,55
NTN-B	5,289003	15/05/2023	6.000	23.042,12	22.936,49	23.477,93	435,81
NTN-B	5,337393	15/08/2028	5.000	19.795,98	19.991,73	21.006,52	1.210,54
NTN-B	5,675359	15/05/2023	5.000	19.109,57	19.113,74	19.564,94	455,37
NTN-B	5,710364	15/08/2028	5.000	19.516,40	19.991,73	21.006,52	1.490,13
NTN-B	6,129836	15/08/2040	9.021	34.402,96	37.238,77	44.602,49	10.199,52
NTN-B	6,740083	15/08/2024	4.819	17.539,79	18.154,32	18.759,68	1.219,90
NTN-B	6,999012	15/08/2030	9.238	33.537,80	37.560,66	41.183,16	7.625,36
NTN-B	7,089008	15/08/2024	9.238	34.805,58	36.308,64	37.519,36	2.713,79
NTN-B	6,395	15/05/2045	9.956	36.209,18	40.440,69	50.432,29	14.223,11
NTN-B	6,395	15/05/2045	10.403	37.634,88	42.258,37	52.696,57	14.861,69
NTN-B	6,02748	15/05/2035	5.000	19.009,47	20.348,95	23.277,68	4.268,21
NTN-B	6,076646	15/08/2028	10.000	38.492,95	39.983,46	42.013,04	3.520,09
NTN-B	5,429738	15/08/2040	5.000	20.555,55	20.640,04	24.721,48	4.165,93
NTN-B	6,003098	15/08/2028	5.000	19.300,49	19.991,73	21.006,52	1.706,03
NTN-B	5,778542	15/08/2040	5.000	19.793,93	20.640,04	24.721,48	4.927,54
NTN-B	5,688126	15/05/2035	5.000	19.622,40	20.348,95	23.277,68	3.655,28
NTN-B	5,27843	15/08/2030	13.000	52.607,58	52.856,52	57.926,06	5.318,49
NTN-B	5,25859	15/05/2035	12.000	48.848,48	48.837,47	55.866,42	7.017,94
NTN-B	5,227939	15/08/2028	13.500	54.264,71	54.407,91	58.496,56	4.231,85
NTN-B	5,348594	15/08/2050	4.000	16.879,35	16.638,89	21.129,12	4.249,77
NTN-B	4,303252	15/08/2040	3.000	13.991,48	12.384,03	14.832,89	841,40
NTN-B	4,313249	15/08/2040	2.000	9.316,95	8.258,02	9.888,59	571,64
NTN-B	4,420007	15/08/2040	129	593,83	532,51	637,81	44,19
NTN-B	4,420007	15/08/2040	203	934,16	837,99	1.003,69	89,53
NTN-B	4,420007	15/08/2040	294	1.352,92	1.213,63	1.453,62	100,70
NTN-B	4,420007	15/08/2040	93	427,96	383,90	459,82	31,86
NTN-B	4,420007	15/08/2040	20	92,04	82,56	96,89	6,85
NTN-B	4,420007	15/08/2040	234	1.076,81	965,95	1.158,97	80,15
NTN-B	4,549001	15/08/2040	4.000	18.138,61	16.512,03	19.777,18	1.638,57
			165.948	650.955,68	669.847,46	752.981,47	102.025,79

Plano de Benefícios II

Ativo	Taxa aquisição % a. a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Varição Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,740083	15/08/2024	29,76	113,01	116,98	118,93	5,92
NTN-B	6,999012	15/08/2030	59,61	216,41	242,35	253,68	37,27
NTN-B	7,089008	15/08/2024	59,61	224,59	234,27	236,21	13,62
NTN-B	6,129836	15/08/2040	58,20	221,95	240,23	265,39	43,44
NTN-B	7,0508	15/05/2045	64,23	233,80	260,89	296,08	62,48
NTN-B	6,3371	15/05/2045	87,13	244,15	272,66	309,45	65,30
NTN-B	5,778637	15/08/2050	59,61	237,40	247,95	283,59	46,19
NTN-B	5,949398	15/08/2050	29,76	115,90	123,81	141,58	25,68
NTN-B	5,949427	15/08/2050	29,76	115,90	123,81	141,58	25,68
NTN-B	6,427477	15/08/2050	59,61	218,34	247,95	283,59	65,25
NTN-B	5,849735	15/08/2050	1,98	6,91	8,25	8,33	1,42
NTN-B	4,500002	15/08/2050	117,49	558,95	488,72	558,95	-
NTN-B	4,381779	15/08/2050	5,87	28,50	24,44	27,93	-0,57
NTN-B	4,381779	15/08/2050	5,01	24,32	20,85	23,83	-0,49
			647,63	2.559,92	2.653,16	2.951,12	391,19

19



5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador

Os valores dos Investimentos Imobiliários são registrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, quando houver, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

Em novembro de 2021, foram reavaliados os imóveis da Rua Uruguai, 155, salas 111 a 117 e 1201 a 1217 e Rua Uruguai, 167 – loja e sobreloja, em Porto Alegre. As avaliações foram realizadas por empresa especializada, Embraval - Consultoria e Consultiva S/S e conforme estabelece o artigo 18 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, o seu produto foi registrado diretamente em conta de resultado. No quadro abaixo apresentamos o resultado desta reavaliação.

Descrição	Valor da Reavaliação	Em milhares de reais	
		Valor Contábil	Valor da Variação
Rua Uruguai, 155 - salas 111 a 117	554	404	150
Rua Uruguai, 155 – salas 1201 a 1217	3.382	2.921	461
Rua Uruguai, 167 – loja e sobreloja	2.843	2.315	528
	6.779	5.640	1.139

Conforme inciso II do art. 17 da Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, as EFPCs devem reavaliar seus investimentos em imóveis, no mínimo, anualmente. Em função disso, após a reavaliação de novembro de 2021, não foi registrada depreciação. O quadro abaixo apresenta o valor dos investimentos imobiliários da entidade.

Descrição	Taxa % a.m.	Em milhares de reais			
		2021		2020	
		Valor Deprec. no ano	Valor Residual do Imóvel	Valor Deprec. no ano	Valor Residual do Imóvel
Imóvel					
Rua Uruguai, 155 – 111 a 117	0,00%	-	554	18	418
Rua Uruguai, 155 – 12º andar	0,00%	-	3.382	125	3.025
Rua Uruguai, 167 – loja e s/loja	0,00%	-	2.843	99	2.398
Valores de aluguéis a receber		-	64	-	61
		-	6.843	242	5.902

5.4.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel, conforme estabelece o artigo 19 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2021	2020
São Luiz, 77 (1)	Multa rescisória	621	621
	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(621)	(621)
		-	-

(1) Em cobrança judicial, processo em andamento no STJ.

20



5.4.3 Segregação dos Imóveis nos Planos de Benefícios

Desde janeiro de 2013, conforme Voto nº 001/2013 – DIRSUP, aprovado pelo Conselho Deliberativo em reunião de 19/03/2013, ficou estabelecido um percentual fixo para a segregação dos imóveis, conforme participação de cada plano no fechamento do balanço de 2012, isto é, 96,4051% para o Plano de Benefícios I e 3,5949% para o Plano de Benefícios II.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos em consignação aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros % a.a.	Em milhares de reais	
		2021	2020
Plano de Benefícios I – PB I			
INPC	6%	3.256	1.662
INPC	7%	1.546	3.038
		4.802	4.700
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(34)	(26)
		4.768	4.674

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa das Operações com Participantes do Plano de Benefícios I - PBI, refere-se à inadimplência de empréstimos decorrente de falecimento de participantes. A administração da entidade está tomando as providências jurídicas cabíveis para tentar a cobrança destes valores.

Indexador	Juros % a.a.	Em milhares de reais	
		2021	2020
Plano de Benefícios II – PB II			
INPC	6%	2.213	2.285
INPC	7%	684	1.377
		2.897	3.662
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(325)
		2.897	3.337
		7.665	8.011

Em 01/06/2021 foi extinto o processo de cobrança referente ao Plano de Benefícios II - PBII, que tramitava junto à 4ª Vara Cível de Porto Alegre, conforme deliberação do Conselho Deliberativo, respaldada em parecer da assessoria jurídica, acarretando a baixa total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa existente (R\$ 325 mil em 2020).

6. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os valores do Ativo Imobilizado e Intangível encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e baixas durante o exercício e são depreciados pelas taxas aprovadas em reunião da Diretoria Executiva do ISBRE, conforme ata nº 003/2016, de 03 de junho de 2016.

A Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020, da PREVIC que passou a vigorar em 01 de janeiro de 2021 alterou a planificação contábil alterando alguns grupos contábeis e extinguindo outros. Uma destas alterações é o caso da incorporação do Diferido pelo Intangível (Nota 14). Os saldos das rubricas do grupo Intangível em 31/12/2020 (Software – R\$65 mil, Benefícios – R\$109 mil e Amortização Acumulada – R\$-174mil,

21



foram reclassificados para as contas com a mesma nomenclatura no grupo Intangível. A reclassificação realizada não alterou o saldo do grupo Imobilizado e Intangível nem o ativo total no exercício social de 2020.

Descrição	Taxas depreciação % a.a	Em milhares de reais	
		2021	2020
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	57	57
Máquinas e Equipamentos ⁽¹⁾	10% e 25%	49	41
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	418	356
Depreciação Acumulada		(376)	(322)
		150	134
Intangível			
Software	20%	568	522
Benfeitorias	20%	127	18
Amortização Acumulada		(630)	(414)
		65	61
		215	195

(1) 10% para equipamentos eletrônicos e 25% para equipamentos de ar-condicionado

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Gestão Previdencial

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício, o qual será recolhido em janeiro de 2022, esta conta registra o saldo de pensão por morte, pecúlios a pagar e os valores devidos pelos Planos de Benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente a cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no Plano de Custeio, e valores devidos à patrocinadora.

7.2 Gestão Administrativa

Registra encargos sobre a folha de pagamento do mês de dezembro de 2021 e 13º salário, além do PIS e COFINS relativo a dezembro de 2021, os quais serão recolhidos em janeiro de 2022, além de provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2021.

7.3 Gestão de Investimentos

Demonstra a provisão de valores referente à despesa de custódia e os valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente à taxa administrativa, conforme previsto no Plano de Custeio.

7.4 Outras Exigibilidades

Em atendimento ao inciso XII do artigo 30 da Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, informamos a composição das contas "Outras Exigibilidades".

13



Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Gestão Previdencial		
Depósitos judiciais devidos à patrocinadora	61	61
Custeio administrativo a pagar (carregamento) ⁽¹⁾	-	321
	61	382
Gestão Administrativa		
Provisões trabalhistas	666	633
Provisões administrativas a pagar ⁽¹⁾	-	62
	695	695
Investimentos		
Custeio administrativo a pagar (Taxa Administrativa) ⁽¹⁾	-	532
	-	532
	727	1.630

(1) Conforme IN PREVIC nº 51, de 20 de agosto de 2020, estas contas foram reclassificadas do grupo de Outras Exigibilidades para os grupos Valores Previdenciais a Repassar ao PGA (R\$321 mil em 2020), Contas a Pagar (R\$62 mil em 2020) e Taxa de Administração dos Investimentos a Repassar (R\$532 mil em 2020) na nova planificação contábil (Nota 14)

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

8.1 Gestão Previdencial

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09 e alterações, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como perda possível não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade de ocorrer menor do que 50%.

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Provável (contabilizada)	2.829	4.660
Possível (não contabilizada)	977	3.602
	3.806	8.262

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado das ações judiciais no final do exercício. O impacto futuro está registrado em Fundo Previdencial conforme demonstrado na Nota Explicativa 9.4.1. A totalidade destes valores refere-se ao Plano de Benefícios I.

8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.435 mil (2020: R\$ 1.434 mil) representa a provisão relativa à ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. O ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2021, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.435 mil (2020: R\$ 1.434 mil).

Situação da ação no final de 2021: Aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo ISBRE no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, respectivamente. **Situação atual da ação:** Quanto ao Recurso Especial, os autos foram devolvidos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com a respectiva baixa. Já o Recurso Extraordinário encontra-se sobrestado, aguardando decisão da Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal.

Em 01/01/2015, entrou em vigor a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A nova legislação prevê a cobrança do PIS e COFINS sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição.

23



tendo sido publicada sob a égide da Emenda Constitucional nº 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base, diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718/98, publicada anteriormente à Emenda Constitucional nº 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços. Com isso, a partir de janeiro de 2015, passou-se a recolher PIS e COFINS normalmente, através de guia DARF. Os valores depositados em juízo acima mencionados continuarão sendo discutidos judicialmente.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Premissas Atuariais

O Conselho Deliberativo, em 26 de outubro de 2021, com base no estudo técnico de adequação elaborado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda, aprovou as premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas a partir da avaliação de encerramento do exercício de 2021. Conforme recomendação da Consultoria Atuarial foi aprovada, para o Plano de Benefícios I, a alteração do parâmetro de cálculo da família média, a redução da premissa taxa de crescimento real salarial de 4,206% a.a. para 3,70% a.a. e, considerando as expectativas de inflação para os próximos anos, a adoção de fator de determinação de 98,2%. Para o Plano de Benefícios II, foi aprovada a alteração do parâmetro de cálculo da família média dos participantes ativos.

Em relação à premissa financeira taxa real de juros, foi aprovada a manutenção da taxa real de juros de 3,80% a.a. no Plano de Benefícios I e a elevação da taxa real de juros do Plano de Benefícios II de 4,00% a.a. para 4,50% a.a..

O cálculo da média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme metodologia estabelecida pela Resolução CNPC nº 30/2018, e Instrução PREVIC nº 33/2020, resultou em uma "duration" do passivo de 9,6175 anos no Plano de Benefícios I e 12,4126 anos no Plano de Benefícios II.

9.2 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2021 e a convergência da taxa de juros ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, a Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	765.155	735.506
Encargos Futuros	944.793	908.758
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(89.819)	(86.626)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(89.819)	(86.626)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	81.555	75.914
Encargos Futuros	101.229	94.200
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(9.837)	(9.143)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(9.837)	(9.143)
	846.710	811.420

24



Benefícios a Conceder

	85.515	81.501
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. Programada		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	106.285	101.500
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(10.385)	(10.000)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(10.385)	(9.999)
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. não Programada	102	118
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	124	144
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(11)	(13)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(11)	(13)
	85.617	81.619
	932.327	893.039

Plano II – Contribuição Variável

Descrição	2021	2020
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	4.248	1.743
Encargos Futuros	4.248	1.743
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	9.277	9.918
Encargos Futuros	9.277	9.918
	13.525	11.661
Benefícios a Conceder		
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	61.594	59.838
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	92.414	88.063
	154.008	147.901
	167.533	159.562
Total Consolidado (PB I + PB II)	1.099.860	1.052.601

O acréscimo de R\$39.287 mil (R\$46.045 mil em 2020) verificado nas Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios I decorreu principalmente da elevada variação do INPC no período e, no sentido contrário, da alteração no conjunto de hipóteses demográficas, conforme referido na Nota Explicativa 9.1.

No Plano de Benefícios II, o acréscimo de R\$7.971 mil (R\$17.281 mil em 2020) foi impactado positivamente pelas contribuições dos participantes e patrocinadores e, negativamente, pelo retorno dos investimentos do Plano que apresentou rentabilidade de -1,10% no período. O acréscimo verificado na Provisão de Benefícios Concedidos deve-se à concessão de novos benefícios de prestação continuada e pelo impacto, no sentido contrário, da alteração da premissa de taxa de juros (meta atuarial) de 4,00% a.a. para 4,50% a.a, conforme referido na Nota Explicativa 9.1.

9.3 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I totalizou R\$158.173 mil ao final de 2021 (R\$235.123 mil em 2020). No exercício, o resultado foi deficitário em R\$76.949 mil (déficit de R\$28.770 mil em 2020), sendo impactado principalmente pela variação das provisões matemáticas e pelo retorno dos investimentos que apresentou resultado inferior ao mínimo atuarial.

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, determina que o superávit técnico deve ser registrado da seguinte forma:

- 1) **Reserva de Contingência (artigo 15):** O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios



contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + 1\% \times \text{duração do passivo do plano}] \times \text{Provisão Matemática}$.

2) **Reserva Especial para Revisão do Plano (artigo 16):** Após a constituição da reserva de contingência, no montante estabelecido no art. 15, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

Conforme a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, no final do corrente exercício, o Plano de Benefícios I, não registrou constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

No exercício de 2019, o Conselho Deliberativo, embasado em estudo técnico realizado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda e em observação à legislação vigente, aprovou na reunião realizada em 11 de dezembro de 2019, a destinação voluntária da Reserva Especial para Revisão do Plano constituída no exercício de 2018, no valor de R\$32.523 mil. Embora o plano de destinação iniciado em janeiro de 2020 previsse a destinação na forma de redução parcial das contribuições de patrocinadores e participantes e assistidos pelo período de até 36 meses, a destinação foi suspensa em setembro de 2021 e, no encerramento de 2021, foi identificada a necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados no Fundo para Revisão do Plano (R\$16.000 mil), conforme estabelecido no Parecer Atuarial.

No Plano de Benefícios II, o Superávit Técnico Acumulado da parcela de Benefícios Concedidos totalizou R\$517 mil ao final do corrente exercício (R\$747 mil em 2020). No exercício, o resultado da parcela de Benefícios Concedidos foi deficitário em R\$230 mil (déficit de R\$669 mil em 2020), resultante da variação das provisões matemáticas e do retorno dos investimentos inferior ao mínimo atuarial.

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, após realizado o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, os planos apresentaram resultado ajustado conforme quadro abaixo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Plano de Benefícios I		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	158.173	235.123
Reserva de Contingência	158.173	177.626
Reserva para Revisão do Plano	-	57.497
Ajuste de Precificação	102.026	79.473
Equilíbrio Técnico Ajustado	260.199	314.596
Plano de Benefícios II		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	517	747
Ajuste de Precificação	391	577
Equilíbrio Técnico Ajustado	908	1.324

9.4 Fundos

9.4.1 Fundos Previdenciais

- **Plano de Benefícios I**

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças



nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Conforme explicado na nota 9.3, o plano de destinação iniciado em janeiro de 2020 foi suspenso em setembro de 2021 e, no encerramento de 2021, foi identificada a necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados no Fundo para Revisão do Plano (R\$16.000 mil), conforme estabelecido no Parecer Atuarial.

• **Plano de Benefícios II**

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O Fundo de Variações Atuariais é constituído com: i) saldo das contas individuais, em caso de óbito do participante ativo; ii) saldo das contas individuais do participante que passar a receber benefício de aposentadoria por Invalidez; iii) saldo da conta CIV (Conta Individual Vinculada – Contribuição dos Patrocinadores) dos participantes que se retiram do plano exercendo a opção pelo resgate; e iv) saldo das contas individuais do participante sem beneficiários e sem herdeiros, e, revertido para suprir eventuais insuficiências decorrentes dos riscos atuariais

Já o Fundo de Benefícios de Risco é constituído por parte da contribuição dos patrocinadores definida na aprovação do custeio do plano de benefícios e revertido pelos pagamentos de Auxílio Doença e na constituição de Reservas de Benefícios Concedidos, quando da ocorrência de aposentadoria por invalidez ou de óbito de participantes ativos.

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2021			2020		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	2.576	2.576	-	2.604	2.604
Benefício de Risco	-	8.643	8.643	-	7.083	7.083
Fundo Previdencial	140	-	140	737	-	737
Fundo para Revisão do Plano	-	-	-	23.077	-	23.077
	140	11.219	11.359	23.814	9.687	33.501

9.4.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes e Assistidos, no percentual de 9% destas, além de taxa administrativa de 0,50% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, será constituído ou revertido Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2021, acumula um saldo de R\$7.132 mil (R\$ 6.174 mil em 2020).

Para o Plano de Benefícios II, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, no percentual de 4% destas, além de taxa administrativa de 0,50% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, será constituído ou revertido Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2021, acumula um saldo de R\$3.368 mil (R\$ 2.951 mil em 2020).



10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I e II foi adotado o seguinte critério, constante no regulamento do PGA:

- **Pessoal e Encargos**

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Diretoria e Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Diretoria e Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- **Serviços de Terceiros**

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como a consultoria atuarial. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- **Despesas Gerais**

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- **Rateio entre PB I e PB II**

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

O regulamento do PGA em vigor no exercício de 2021 estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2021, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio para as despesas administrativas da entidade: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa administrativa de 0,50% a.a. sobre os Recursos Garantidores. Para o PB II, taxa de carregamento de 4% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa administrativa de 0,50% a.a. sobre os Recursos Garantidores.

Abaixo demonstramos o total das despesas com a gestão da entidade e as transferências de recursos entre os planos de benefícios I e II para o PGA, bem como a constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2021	2020
Plano de Benefícios I		
Despesa Administrativa no exercício	(6.328)	(5.849)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.701	1.628
Taxa Administrativa (transferência 0,50% dos Recursos Garantidores para o PGA)	5.614	5.543
Rendimento do Fundo Administrativo	(28)	140
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(959)	(1.462)

28



Plano de Benefícios II

Despesa Administrativa no exercício	(974)	(792)
Carregamento (transferência 4% contribuições p/ PGA)	535	493
Taxa Administrativa (transferência 0,50% dos Recursos Garantidores para o PGA)	868	756
Rendimento do Fundo Administrativo	(13)	67
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(416)	(524)

Consolidado

Despesa Administrativa no exercício	(7.302)	(6.641)
Carregamento	2.236	2.121
Taxa Administrativa	6.482	6.299
Rendimento do Fundo Administrativo	(41)	207
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(1.375)	(1.986)

11.2 Fluxos dos Investimentos e Destinação dos Resultados

Depois de deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$5.455 mil (R\$75.028 mil em 2020) para o Plano de Benefícios I e déficit de R\$2.848 mil (superávit de R\$7.933 mil em 2020) para o Plano de Benefícios II.

Por fim, após apuração do resultado da Gestão Previdencial do Plano de Benefícios I, déficit de R\$76.949 mil (déficit de R\$28.770 mil em 2020), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2021 registra o valor de R\$158.173 mil (R\$235.123 mil em 2020) e o Plano de Benefícios II, por sua vez, apresentou, no exercício, déficit de R\$230 mil (déficit de R\$669 mil em 2020), transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2021 registra R\$517 mil (R\$747 mil em 2020).

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A totalidade dos recursos, tanto dos Planos de Benefícios I e II como do Plano de Gestão Administrativa (PGA) são registrados através de segregação real. Tal metodologia permite a elaboração de Políticas de Investimentos customizadas para cada Plano, possibilitando adequar a alocação de acordo com os estudos de ALM individuais, evitando desconpassos na distribuição temporal dos fluxos de ativos e passivos.

A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



Em milhares de reais

Descrição	2021				2020			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado
Ativo								
Disponível	7	18	10	35	6	7	3	16
Realizável	1.096.131	179.423	12.588	1.288.142	1.158.895	170.135	11.233	1.340.263
Gestão Previdencial	1.957	1	-	1.958	3.480	0	0	3.480
Gestão Administrativa	-	-	2.453	2.453	0	0	2.431	2.431
Investimentos	1.094.174	179.422	10.135	1.283.731	1.155.406	170.135	8.802	1.334.343
Renda Variável - Carteira Própria	174	14	-	188	174	14	0	188
Fundos de Investimentos	1.082.636	176.265	10.135	1.269.036	1.144.868	166.572	8.802	1.320.242
Renda Fixa	688.149	81.313	6.931	776.393	487.224	67.775	6.305	561.304
Ações	45.941	16.825	-	62.766	57.404	21.023	0	78.427
Multimercado	302.039	69.345	3.204	374.588	598.855	77.660	2.497	679.012
Participações	713	59	-	772	1.385	114	0	1.499
Investimento no Exterior	45.794	8.723	-	54.517	0	0	0	0
Investimentos em Imóveis	6.597	246	-	6.843	5.690	212	0	5.902
Aluguel	6.597	246	-	6.843	5.690	212	0	5.902
Empréstimos	4.767	2.897	-	7.664	4.674	3.337	0	8.011
Imobilizado e Intangível	-	-	215	215	0	0	195	195
	1.096.138	179.441	12.813	1.288.392	1.158.901	170.142	11.431	1.340.474
Passivo								
Exigível Operacional	2.669	172	878	3.719	2.265	146	872	3.283
Gestão Previdencial	2.208	97	-	2.305	1.796	79	0	1.875
Gestão Administrativa	-	-	878	878	0	0	860	860
Investimentos	461	75	2	538	469	67	3	539
Exigível Contingencial	2.829	-	1.435	4.264	4.660	0	1.434	6.094
Gestão Previdencial	2.829	-	-	2.829	4.660	0	0	4.660
Gestão Administrativa	-	-	1.435	1.435	0	0	1.434	1.434
Patrimônio Social	1.090.640	179.269	10.500	1.280.409	1.151.976	169.996	9.125	1.331.097
Patrimônio Cobertura Plano	1.090.500	168.050	-	1.258.550	1.128.162	160.309	0	1.288.471
Provisão Matemática	932.327	167.533	-	1.099.860	893.039	159.562	0	1.052.601
Benefícios Concedidos	846.710	13.525	-	860.235	811.421	11.660	0	823.081
Benefícios a Conceder	85.617	154.008	-	239.625	81.618	147.902	0	229.520
Equilíbrio Técnico	158.173	517	-	158.690	235.123	747	0	235.870
Fundos	140	11.219	10.500	21.859	23.814	9.687	9.125	42.626
Fundo Revisão do Plano	-	-	-	-	23.077	0	0	23.077
Fundo Previdencial	140	-	-	140	737	0	0	737
Fundo Variações Atuariais	-	2.576	-	2.576	0	2.604	0	2.604
Fundo Benefício de Risco	-	8.643	-	8.643	0	7.083	0	7.083
Fundo Administrativo	-	-	10.500	10.500	0	0	9.125	9.125
Fundo Administrativo PB I	-	-	7.132	7.132	0	0	6.174	6.174
Fundo Administrativo PB II	-	-	3.368	3.368	0	0	2.951	2.951
	1.096.138	179.441	12.813	1.288.392	1.158.901	170.142	11.431	1.340.474

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE, atendendo ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, entre novembro de 1986 e setembro de 1987, adquiriu compulsoriamente Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND no valor de 30% das Reservas Matemáticas. Tal Fundo era gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Conforme artigo 10º da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, estes títulos deveriam ser corrigidos pela OTN até janeiro de 1989 e pela variação do IPC a partir de fevereiro de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei

30



nº 8.177, de 04 de março de 1991, artigo 38, estes títulos passaram a ser reajustados pela Taxa Referencial – TR. Entretanto, o gestor corrigiu as OFNDs pela BTN no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, em vez do IPC.

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, objetivando o recálculo relacionado à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em 31/12/2010, através de Medida Provisória 517/10, posteriormente convertida na Lei 12.431/11, o FND foi extinto, passando a União Federal sua sucessora em todos os direitos e obrigações. Por esta razão, e apesar da condenação ter sido imposta originalmente ao FND, foi a execução direcionada à sua sucessora, a União Federal.

Após 20 anos de tramitação do processo, em 30 de junho de 2011, a ABRAPP deu início à execução de sentença do débito principal, solicitando a execução coletiva da sentença. Entretanto, o juiz do 1º grau e o TRF da 2ª região, decidiram que a execução de sentença deveria ser proposta individualmente pelas entidades. Em 27 de novembro de 2015 a ABRAPP, em atenção ao TRF da 2ª região, entrou com AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS DE TÍTULO JUDICIAL oriundo do Processo nº 0123902-36.1991.4.02.5101 (antigo 91.0123902-3) que teve curso na 23ª Vara Federal pela Autora contra a UNIÃO FEDERAL, do grupo de associadas em que o ISBRE faz parte.

Em que pese o "trânsito em julgado" do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada dos recursos econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até não se ter a certeza da entrada destes recursos.

Em outubro de 2021, a Abrapp enviou material e fez reunião virtual para apresentar propostas de acordo com a Procuradoria Regional da União 2ª Região (PRU/RJ). Em assembleia com as entidades participantes da referida ação judicial, na data de 23 de novembro de 2021, por ampla maioria ficou aprovado a autorização para que a Abrapp assinasse como Interveniente/Anuente e apresentasse proposta de acordo para a PRU/RJ e seguir com as tratativas do acordo.

14. RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas".

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir:

Balanco Patrimonial Consolidado

Alteração da nomenclatura das seguintes rubricas:

Exercício Social 2020 (Instrução SPC 34/2009)	Exercício Social 2021 (Instrução PREVIC 31/2020)
Ações	Renda Variável
Investimentos Imobiliários	Investimentos em Imóveis
Empréstimos	Operações com Participantes
Permanente	Imobilizado e Intangível

31



A mudança da nomenclatura não alterou os saldos do Balanço Patrimonial Consolidado no exercício social de 2020.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada - DMPS

Destinações: abertura dos valores de Benefícios (R\$84.461 mil, em 2020) em três grupos: Benefícios, no valor de R\$73.101 mil, Portabilidades / Resgates, no valor de R\$394 mil e Outras Destinações, no valor de R\$10.966 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL do Plano I

Destinações: abertura dos valores de Benefícios (R\$83.289 mil, em 2020) em dois grupos: Benefícios, no valor de R\$72.323 mil, e Outras Destinações, no valor de R\$10.966 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL do Plano II

Destinações: abertura dos valores de Benefícios (R\$1.172 mil, em 2020) em dois grupos: Benefícios, no valor de R\$778 mil, e Portabilidades / Resgates, no valor de R\$394 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Demonstração do Ativo Líquido - DAL do Plano I

Alteração da nomenclatura das seguintes rubricas:

Exercício Social 2020 (Instru�o SPC 34/2009)	Exercício Social 2021 (Instru�o PREVIC 31/2020)
Recebível	Recebíveis Previdencial
Ações	Renda Variável
Investimentos Imobiliários	Investimentos em Imóveis
Empréstimos	Operações com Participantes
Resultado Realizado	Equilíbrio Técnico

A mudança da nomenclatura não alterou os saldos da Demonstração do Ativo Líquido - DAL do Plano I, no exercício social de 2020.

Demonstração do Ativo Líquido - DAL do Plano II

Alteração da nomenclatura das seguintes rubricas:

Exercício Social 2020 (Instru�o SPC 34/2009)	Exercício Social 2021 (Instru�o PREVIC 31/2020)
Recebível	Recebíveis Previdencial
Ações	Renda Variável
Investimentos Imobiliários	Investimentos em Imóveis
Empréstimos	Operações com Participantes
Resultado Realizado	Equilíbrio Técnico

32



A mudança da nomenclatura não alterou os saldos da Demonstração do Ativo Líquido - DAL do Plano II, no exercício social de 2020.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, no grupo Administração dos Planos Previdenciais, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PBII

Saldo de Contas – Parcela Participantes: abertura dos valores de Saldo de Contas – Parcela Participantes (R\$88.063 mil, em 2020) em dois grupos: Saldo de Contas – Parcela Participantes, no valor de R\$87.158 mil, e Saldo de Contas – Parcela Participantes EFPC, no valor de R\$905 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor dos Benefícios a Conceder totais nem as Provisões Matemáticas no exercício social de 2020.

Assinado de forma digital por GILNEI
ROBERTO DOS SANTOS VARGAS
Dados: 2022.03.29 08:08:55 -03'00'

CARLOS
RENATO
Assinado de forma
digital por CARLOS
RENATO
SALAMI:538
27376068
Dados: 2022.03.28
10:21:43 -03'00'

MARCELO SOUZA
MARQUES DO
Assinado de forma digital por
MARCELO SOUZA MARQUES
DO COUTO:45649642087
Dados: 2022.03.28 09:24:57
-03'00'

Gilnei Roberto dos Santos Vargas
Diretor Presidente, Administrativo e
de Previdência
CPF 210.071.010-91

Carlos Renato Salami
Diretor Financeiro e de
Investimentos
CPF 538.273.760-68

Marcelo Souza Marques do Couto
Contador – CRC RS-050.671/O
CPF 456.496.420-87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

**MIRADOR 0412/2022***(em substituição à MIRADOR 0370/2022)***PARECER ATUARIAL****Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I (BD)****1 OBJETIVO**

O presente parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios I (PB-I), administrado pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar.

O PB-I é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1979.0012-19 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no Item 9 do Anexo da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em reunião realizada em 26/10/2021, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

1



2 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Para fins da avaliação atuarial do PB-I, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pelo ISBRE, com data-base em 31/12/2021. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados suficientes e adequados para o estudo.

Participantes	dez/20	dez/21
Ativos	58	58
Auxílio-Doença	2	0
Frequência Total	60	58
Idade Média (em anos)	61	62
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	448	460
Tempo Médio para Aposentadoria (em meses)	8	6

Aposentados	dez/20	dez/21
Aposentadoria por Tempo de Serviço	377	371
Aposentadoria por Invalidez	13	12
Auxílio-Doença Especial	1	1
Aposentadoria por Idade	5	5
Aposentadoria Proporcional Diferida	2	2
Aguardando Pensão	1	3
Frequência Total	399	394
Idade Média (em anos)	72	73
Valor Médio de Benefício (em R\$)	12.486,35	13.264,65

Pensionistas	dez/20	dez/21
<i>Pensão de Ativo</i>	12	12
<i>Pensão de Assistido</i>	84	87
Frequência Total de Pensionistas	96	99
Frequência de Grupos de Pensão	91	94
Idade Média (em anos)	74	74
Valor Médio de Benefício por pensionista (em R\$)	5.864,15	6.146,83



3 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018. Os benefícios de aposentadoria (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio-doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição Simples.

4 HIPÓTESES ATUARIAIS

4.1 Hipóteses (premissas) adotadas

Abaixo são listadas as hipóteses (premissas) adotadas na Avaliação Atuarial do PB-I de encerramento do exercício de 2021.

- Taxa de Juros Real: 3,80% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 6.433,57
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 3,70% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 3,70% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): Nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85 segregada por sexo
- Tábua de Rotatividade: nula
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes vinculados ao ISBRE para ativos e aposentados e a família real dos benefícios de pensão

13



- ✦ Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,20%

4.2 Testes de adequação das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2021 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Fatores de Capacidade, Crescimento de Salários/Benefícios, Rotatividade, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução Previc nº 33/2020 e a Resolução CNPC nº 30/2018, e foram apresentados nos documentos MIRADOR 1450/2021 (estudos de aderência) e MIRADOR 1650/2021 (estudos de convergência).

4.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Conforme apresentado no documento MIRADOR 1450/2021, que contém os estudos de aderência de premissas biométricas, econômicas e demográficas, houve alteração de algumas premissas demográficas, referentes a composição familiar, e premissas econômicas, referentes ao fator de capacidade e ao crescimento de suplementação e benefício até a concessão, as quais, em conjunto, impactaram nas provisões matemáticas, gerando uma redução de R\$ 22.999.726,71 nas provisões matemáticas do plano, em relação ao encerramento do exercício de 2020, valor equivalente a 2,58% das provisões apuradas em 31/12/2020.



5 EQUILÍBRIO TÉCNICO E SOLVÊNCIA

A situação de equilíbrio técnico do PB-I ao término do exercício social de 2021, mais precisamente na data base de 31/12/2021, é apresentada abaixo

	<i>(Valores em R\$)</i>
Patrimônio de Cobertura	1.090.499.892,87
Provisões Matemáticas	932.326.447,68
(+) Passivo Atuarial	932.326.447,68
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Equilíbrio Técnico	158.173.445,19
(+/-) Ajuste Precificação	102.025.784,00
(=) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	260.199.229,19

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2021, um superávit técnico acumulado de R\$ 158.173.445,19, equivalente a 16,97% das suas Provisões Matemáticas.

Considerando o ajuste de precificação da carteira de títulos públicos federais do plano, apurado em R\$ 102.025.784,00, o resultado técnico ajustado (Equilíbrio Técnico Ajustado – ETA) do plano permanece superavitário em R\$ 260.199.229,19.

Considerando o disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o resultado contábil superavitário (superávit técnico acumulado) do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano.

No caso do PB-I, em que a duração do passivo é de 9,6175 anos, em 31/12/2021, o citado limite é de 19,6175% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite monetário de R\$ 182.899.140,87. Portanto, o superávit técnico apurado em 31/12/2021, de R\$ 158.173.445,19 deve ser integralmente alocado em Reserva de Contingência.

60



6 RENTABILIDADE LÍQUIDA DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade líquida da taxa de administração e despesas diretas de investimentos do PB-I no exercício de 2021 foi de 0,47%. Ressalta-se que a rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da Taxa Real de Juros do plano. Tal indicador, considerando a Taxa Real de Juros definida como meta na avaliação atuarial do exercício anterior (Dezembro/2020), totalizou em 14,35%, o que significa dizer que a rentabilidade líquida auferida foi de 13,88 pontos percentuais abaixo desse indicador. Portanto, o retorno dos investimentos alcançou 3,28% da meta atuarial do ano.

7 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2021, os recursos destinados para o Plano de Gestão Administrativa - PGA do PB-I totalizaram em R\$ 7.315.077,02, que corresponde a 0,67% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2021. Conforme previsto no artigo 5º da Resolução CNPC nº 48/2021, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que recursos destinados para o PGA do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido.

8 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2021, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 7.132.734,93. Considerando as exigências contidas na Resolução CNPC nº 48/2021, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I mantenha para o ano de 2022 as mesmas fontes de custeio de 2021, citadas no item 9.1 deste parecer.

6



9 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2022, conforme discriminado abaixo:

9.1 Custeio Administrativo e Respectivas Fontes

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas do PB-I;
- Taxa de Administração: 0,50% ao ano, descontada mensalmente, à razão de 1/12, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará ao longo do exercício de 2022 as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.

9.2 Custeio dos Benefícios e Respectivas Fontes

- **Participantes Ativos:** 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada).
- **Participantes Assistidos*:** 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação).
- **Observação:** nos casos de sentenças judiciais que impliquem em recálculo de valores de benefícios previdenciários, o ISBRE deverá utilizar fonte de custeio para fazer frente às majorações decorrentes. Em tais situações, a contribuição devida (paritária entre participantes e patrocinadoras) será retroativa à data em que a majoração se tornar devida, devendo ser integralizada no momento do pagamento das diferenças, devidamente atualizada e capitalizada em percentuais não inferiores aos previstos atuarialmente no PB-I. Deve-se considerar, para a determinação de valores:
 - l) para as contribuições progressas, o valor definido quando da liquidação da sentença; e,

7



II) para as contribuições futuras, o plano de custeio vigente na data do pagamento das diferenças de benefício.

Face ao exposto, recomendamos que o ISBRE implemente, para o exercício de 2022, com início de vigência em 01/04/2022, o plano de custeio descrito neste parecer, visando, desta forma, assegurar o equilíbrio do plano PB-I em conformidade com os princípios atuariais comumente utilizados no Brasil.

10 FUNDOS PREVIDENCIAIS

Em dezembro de 2019 houve a constituição do Fundo de Revisão do PB-I, relativo ao superávit do exercício de 2018. O valor constituído é equivalente à Reserva Especial existente em 31/12/2018 que seria distribuída a patrocinadores, participantes e assistidos do plano pelo período estimado de 3 anos (36 meses), iniciando em Janeiro/2020, por meio de redução parcial das suas respectivas contribuições normais.

Entretanto, em Setembro/2021 houve a suspensão da distribuição de superávit por parte do ISBRE, em decorrência da observação de redução do superávit do plano de benefícios em níveis inferiores ao requerido para fins de distribuição de superávit para os participantes, assistidos e patrocinadores do plano.

No encerramento do exercício de 2021, foi identificada a necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados em Fundo Previdencial de Revisão do Plano, uma vez que o resultado do plano não atingiu o limite de reserva de contingência (R\$ 182.899.140,87).

Desta forma, foi integralmente revertido o Fundo de Revisão do Plano que teve sua origem no Superávit referente ao exercício de 2018, bem como encerrada a respectiva distribuição de superávit sob a forma de redução de contribuições para participantes/assistidos e patrocinadoras.

8



11 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo. Verifica-se que a situação cadastral demonstra que o PB-I se encontra em progressivo processo de transição da massa de participantes, na direção da atividade para a inatividade dado que o plano se encontra fechado para novos entrantes.

Os regimes financeiros e métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018. Em relação às premissas atuariais utilizadas no encerramento do exercício de 2020, houve alteração das premissas de composição familiar, crescimento real de suplementação e fator de capacidade de benefícios e salários.

No encerramento do exercício de 2021, o PB-I apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 158.173.445,19, que representa 16,97% das suas respectivas Provisões Matemáticas. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 19,6175% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 182.899.140,87, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência. Portanto, a integralidade do superávit acumulado apurado na Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2021 deve ser alocado em Reserva de Contingência.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PB-I, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2021 situação superavitária, dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

Porto Alegre, 09 de março de 2022.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.


Sérgio Rangel Guimarães
 Consultor Sênior
 Atuário MIBA 0743

SERGIO RANGEL
 GUIMARAES:46756302000
 302000

Assinado de forma digital por
 SERGIO RANGEL
 GUIMARAES:46756302000
 Dados: 2022.03.09 19:44:10
 -03'00'


Fabrício Krapp Costa
 Diretor de serviços atuariais
 Atuário MIBA 2481

FABRIZIO KRAPP
 COSTA:02211261043

Assinado de forma digital por
 FABRIZIO KRAPP
 COSTA:02211261043
 Dados: 2022.03.09 19:32:57 -03'00'

31



MIRADOR 0413/2022

(em substituição à MIRADOR 0371/2022)

PARECER ATUARIAL

Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II (CV)

1 OBJETIVO

O presente parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios II (PB-II), administrado pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar.

O PB-II é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2001.0024-83 e estruturado na modalidade de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido - BD, conforme normatização expressa na Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das Reservas (Provisões) Matemáticas e Fundos Previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em reunião realizada em 26/10/2021, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.



2 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Para fins da avaliação atuarial do PB-II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pelo ISBRE, com data-base em 31/12/2021. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados suficientes e adequados para o estudo.

Participantes	dez/20	dez/21
Ativos	341	346
Autopatrocinados	14	12
Auxílio-Doença	0	2
Benefício Proporcional Diferido	2	2
Frequência Total	357	362
Idade Média (em anos)	45	45
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	136	142
Tempo Médio para Aposentadoria (em meses)	213	208
Cancelados¹	3	5

Aposentados	dez/20	dez/21
Aposentadoria Normal	3	7
Aposentadoria por Invalidez	1	0
Frequência Total	4	7
Idade Média (em anos)	55	60
Valor Médio de Benefício (em R\$)	4.154,64	2.956,46

Pensionistas	dez/20	dez/21
Frequência Total de Pensionistas	13	16
Frequência de Grupos de Pensão	5	9
Idade Média (em anos)	31	29
Valor Médio de Benefício por pensionista (em R\$)	2.571,59	2.684,10

¹ Matrículas canceladas com saldo de resgate a pagar.



3 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018. Os benefícios não programados (benefícios de risco) de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura e o benefício de auxílio-doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples. Os benefícios programados (aposentadoria) são estruturados sob o regime financeiro de Capitalização, considerando o método de financiamento de Capitalização Financeira.

4 HIPÓTESES ATUARIAIS

4.1 Hipóteses (premissas) adotadas

Abaixo são listadas as hipóteses (premissas) adotadas na Avaliação Atuarial do PB-II de encerramento do exercício de 2021.

- Taxa de Juros Real: 4,50% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 5.208,10
- Fator de Capacidade dos salários: não aplicável
- Fator de Capacidade dos benefícios: 100%
- Taxa de Crescimento Real de Salários: não aplicável
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): não aplicável
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85 segregada por sexo
- Tábua de Rotatividade: não aplicável

3



- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE para fins de apuração dos custos dos benefícios de risco. Para apuração dos compromissos com benefícios concedidos, considera-se a composição da família real, conforme cadastro do ISBRE.

4.2 Testes de adequação das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2021 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Fatores de Capacidade, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução Previc nº 33/2020 e a Resolução CNPC nº 30/2018, e foram apresentados nos documentos MIRADOR 1450/2021 (estudos de aderência) e MIRADOR 1650/2021 (estudos de convergência).

4.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Conforme apresentado no documento MIRADOR 1650/2020, que contém o estudo de convergência da taxa de juros real anual, houve alteração dessa premissa para o encerramento do exercício de 2021, conforme análise dos resultados dos citados estudos, visando alinhar a premissa utilizada com as expectativas de rentabilidades futuras dos investimentos do plano de benefícios. A premissa taxa de juros real anual foi alterada de 4,00% a.a. para 4,50% a.a.. O impacto dessa alteração foi uma redução de R\$ 845.592,07 nas Provisões Matemáticas do plano, valor equivalente 6,25% das provisões na modalidade de benefício definido e 0,50% das provisões totais apuradas em 31/12/2021.

Além disso, houve alteração da premissa de composição familiar, no que se refere ao percentual de casados. Entretanto, uma vez que essa premissa não é aplicável para os participantes em fase contributiva (parcela CD) e para os participantes na fase de concessão é utilizada família real, a alteração dessa premissa não causa impacto nas Provisões Matemáticas do plano, porém há impacto no dimensionamento do custo dos benefícios de risco, que são estruturados em regime de Repartição (repartição simples e repartição de capitais de cobertura).

4



5 EQUILÍBRIO TÉCNICO E SOLVÊNCIA

A situação de equilíbrio técnico do PB-II ao término do exercício social de 2021, mais precisamente na data base de 31/12/2021, é apresentada abaixo.

(Valores em R\$)

Patrimônio de Cobertura	168.049.654,89
Provisões Matemáticas	167.533.113,81
(+) Passivo Atuarial	167.533.113,81
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Equilíbrio Técnico	516.541,08
(+/-) Ajuste Precificação	391.192,41
(=) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	907.733,49

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2021, um superávit técnico acumulado de R\$ 516.541,08, equivalente a 3,82% das suas Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade benefício definido - BD. Considerando o ajuste de precificação da carteira de títulos públicos federais do plano, apurado em R\$ 391.192,41, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 907.733,49.

Conforme o disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o resultado contábil superavitário (superávit técnico acumulado) do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano.

No caso do PB-II, em que a duração do passivo é de 12,4126 anos, em 31/12/2021, o citado limite é de 22,4126% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite de R\$ 3.031.271,36. Estando o resultado superavitário do PB-II abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.

81



6 RENTABILIDADE LÍQUIDA DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade líquida da taxa de administração e despesas diretas de investimentos, no exercício de 2021, foi de -1,60%. Ressalta-se que a rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da Taxa Real de Juros do plano. Tal indicador, considerando a Taxa Real de Juros definida como meta na avaliação atuarial do exercício anterior (Dezembro/2020), totalizou em 14,57%, o que significa dizer que a rentabilidade líquida auferida foi de 16,17 pontos percentuais abaixo desse indicador. Portanto, o retorno dos investimentos alcançou -10,98% da meta atuarial do ano.

7 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2021, os recursos destinados para o Plano de Gestão Administrativa - PGA do PB-II totalizaram R\$ 1.403.713,28, que corresponde a 0,78% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2021. Conforme previsto no artigo 5º da Resolução CNPC nº 48/2021, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-II. Portanto, pode-se concluir que recursos destinados para o PGA do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido.

8 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2021, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 3.367.962,70. Considerando as exigências contidas na Resolução CNPC nº 48/2021, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II mantenha para o ano de 2022 as mesmas fontes de custeio de 2021, citadas no item 9.1 deste parecer.

16



9 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2022, conforme discriminado abaixo:

9.1 Custeio Administrativo e Respectivas Fontes

- Taxa de Carregamento: 4% (quatro por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,50% ao ano, descontada mensalmente, à razão de 1/12, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: suportará ao longo do exercício de 2022 as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.

9.2 Custeio dos Benefícios e Respectivas Fontes

- **Benefícios Programados:** o participante ativo contribuirá com percentual por ele escolhido de, no mínimo, 3% e, no máximo, de 20%, incidente sobre o seu salário de contribuição; as patrocinadoras contribuirão de forma paritária, respeitado o limite máximo de 10% do salário de contribuição do participante. As parcelas contributivas dos participantes ativos serão destinadas às contas CIP, líquidas do custo administrativo (Taxa de Carregamento), sendo que as parcelas contributivas das patrocinadoras serão destinadas às contas CIV, líquidas do custo para a cobertura dos Benefícios de Risco e do custo administrativo (Taxa de Carregamento).
- **Benefícios de Risco:** 2,53% do valor do salário de contribuição dos participantes ativos, custo extraído da parcela contributiva realizada pelas patrocinadoras.

Face ao exposto, recomendamos que o ISBRE implemente, para o exercício de 2022, com início de vigência em 01/04/2022 o plano de custeio descrito neste parecer, visando, desta forma, assegurar o equilíbrio do plano PB-II em conformidade com os princípios atuariais comumente utilizados no Brasil.

7



10 CONVERSÃO DE SALDOS

As concessões de benefícios ao longo do exercício são realizadas pela conversão dos Saldos das Contas Individuais em Benefício Programado de Aposentadoria pelo método de equivalência atuarial, considerando as informações individuais do participante que tenha solicitado o benefício e de seus dependentes, conforme metodologia descrita na NTA (Nota Técnica Atuarial) do plano. O cálculo atuarial deve considerar as premissas atuariais do PB-II, conforme definidas no item 4.1.

11 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O PB-II mantém um fundo previdencial denominado "Fundo de Benefício de Risco", formado a partir das contribuições normais dos Patrocinadores para este fim e que se destina a suprir parte dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios de risco, no valor de R\$ 8.642.848,14, em 31/12/2021, e um fundo previdencial denominado "Fundo de Variações Atuariais", formado por eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais, no valor de R\$ 2.575.927,93 em 31/12/2021.

12 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do PB-II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2021. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo. Verifica-se que a situação cadastral do plano demonstra que o PB-II encontra-se em fase de consolidação, com o aumento da quantidade de participantes ativos.

Os regimes financeiros e métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30, de 10/10/2018. Em relação às premissas atuariais utilizadas, houve alteração da Taxa de Juros Real Anual (de 4,00% a.a. para 4,50% a.a.), resultando em uma redução das Provisões Matemáticas do plano equivalente a 6,25% das provisões na modalidade de benefício definido e 0,50% das provisões totais apuradas em 31/12/2021. Além disso, também houve alteração da premissa de composição familiar, no que se refere ao percentual de casados. Entretanto, a alteração dessa premissa não causa impacto nas

8



Provisões Matemáticas do plano, mas sim no dimensionamento do custo dos benefícios de risco, que são estruturados em regime de Repartição (repartição simples e repartição de capitais de cobertura).

No encerramento do exercício de 2021, o PB-II apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 516.541,08, que representa 3,82% das Provisões Matemáticas referente a parcela de benefício definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 22,4126% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 3.031.271,36, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado como Reserva de Contingência.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PB-II, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o PB-II apresenta em 31/12/2021 situação de Equilíbrio Técnico, visto que o superávit acumulado apresentado não supera o limite de Reserva de Contingência estabelecido conformidade com as disposições contidas na Resolução CNPC nº 30/2018.

Porto Alegre, 09 de março de 2022.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Sérgio Rangel Guimarães
Consultor Sênior
Atuário MIBA 0743

SERGIO RANGEL
GUIMARAES:4675
6302000

Assinado de forma digital por
SERGIO RANGEL
GUIMARAES:46756302000
Data: 2022.03.09 19:43:25 -0300

Fabrício Krapp Costa
Diretor de Serviços Atuariais
Atuário MIBA 2481

FABRIZIO KRAPP
COSTA:0221126104
3

Assinado de forma digital por
FABRIZIO KRAPP
COSTA:02211261043
Data: 2022.03.09 19:37:16 -0300

9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
Porto Alegre - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

☎ (44) 3026 6717
(44) 99974 0564

@ www.bezauditores.com.br
contato@bezauditores.com.br

📍 Avenida Neo Alves Martins, 2789
Sala 801 - 87013-060 - Maringá-PR



eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 10 de março de 2022.

BEZ Auditores Independentes SS

CRC PR 5.010/0-2

VALDEMIR

BEZ:69315

256972

Valdemir Bez

CRC-PR 037262/0-2

Assinado de forma
digital por VALDEMIR
BEZ:69315256972
Dados: 2022.03.12
10:36:49 -03'00'

☎ (44) 3026 6717
(44) 99974 0564

@ www.bezauditores.com.br
contato@bezauditores.com.br

📍 Avenida Neo Alves Martins, 2789
Sala 801 - 87013-060 - Maringá-PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial Consolidado e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas dos planos de benefícios e as respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação. Analisou, ainda, os Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA, relativos ao Plano de Benefícios I (BD) e ao Plano de Benefícios II (CV), ambos emitidos em 09 de março de 2022, e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, da BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S, firmado digitalmente em 12 de março de 2022, o qual opina no sentido de que: "(...) as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todas as aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC." Assim, em razão dos documentos supra e de suas conclusões, bem como das informações e esclarecimentos recebidos, somos de parecer favorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das demonstrações contábeis, relativas ao exercício de 2021.

Porto Alegre, 14 de março de 2022.

FERNANDO LUIZ MOTTA DOS SANTOS:22123164020
ACT-Safeweb17/03/2022 17:40:19 -03:00

FERNANDO LUIZ MOTTA DOS SANTOS
Presidente
CPF: 221.231.640-20

ANDRE LUIS MOLLER:98736892068
ACT-Safeweb20/03/2022 19:02:00 -03:00

ANDRÉ LUÍS MULLER
CPF: 987.368.920-68

ARLINTON JOAO CALZA:75835347049
ACT-Safeweb17/03/2022 17:53:36 -03:00

ARLINTON JOÃO CALZA
CPF: 758.353.470-49

CARLOS ARETON AZZOLIN OLSON:15358976000
ACT-Safeweb18/03/2022 10:31:23 -03:00

CARLOS ARETON AZZOLIN OLSON
CPF: 153.589.760-00

CESAR CYRILLO SILVEIRA:83022902034
ACT-Safeweb18/03/2022 14:08:12 -03:00

CESAR CYRILLO SILVEIRA
CPF: 830.229.020-34

TIAGO MARQUARDT PESCH 02809147922
ACT-Safeweb18/03/2022 15:47:42 -03:00

TIAGO MARQUARDT PESCH
CPF: 028.091.479-22

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 14 de março de 2022, e considerando ainda os Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA, relativos ao Plano de Benefícios I (BD) e ao Plano de Benefícios II (CV), ambos emitidos em 09 de março de 2022, e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, da BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S, firmado digitalmente em 12 de março de 2022, aprova as demonstrações contábeis da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, que compreendem o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido - DAL por Plano de Benefícios, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL por Plano de Benefícios, a Demonstração das Provisões Técnicas - DPT por Plano de Benefícios e as respectivas Notas Explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como a Prestação de Contas do Exercício Social de 2021.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.
LISIANE MALDANER
 Assinado de forma digital por
 LISIANE MALDANER ASTARITA DE
ASTARITA DE
 LIMAS:98322540949
 Dados: 2022.03.23 17:04:43 -03'00'
LIMAS:98322540949
 LISIANE MALDANER ASTARITA DE LIMAS
 Presidente do Conselho
 CPF: 983.225.409-49

ARGUS RUY GUEX DE OLIVEIRA:17606039020
 ACT-Safeweb24/03/2022 16:35:11 -03:00

ARGUS RUY GUEX DE OLIVEIRA
 Conselheiro - CPF: 176.060.390-20

MIGUEL FERNANDO DE OLIVEIRA:13211005072
 ACT-Safeweb23/03/2022 19:20:23 -03:00

MIGUEL FERNANDO DE OLIVEIRA
 Conselheiro - CPF: 132.110.050-72

RAFAEL CARNEIRO ABRAHAO:76201244034
 ACT-Safeweb24/03/2022 12:50:48 -03:00

RAFAEL CARNEIRO ABRAHÃO
 Conselheiro - CPF: 762.012.440-34

TARCISIO JAIME HERDT:06835511915
 ACT-Safeweb23/03/2022 23:22:40 -03:00

TARCÍSIO JAIME HERDT
 Conselheiro - CPF: 068.355.119-15

WERNER TSCHOEKE:00166979953
 ACT-Safeweb24/03/2022 14:20:43 -03:00

WERNER TSCHOEKE
 Conselheiro - CPF: 001.669.799-53

ISBRE
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



Rua Uruguai, 155 | Conj. 1401 | CEP: 90.010-140 | Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3014.8700
Site: www.isbre.com.br | E-mail: isbre@isbre.com.br